

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90776/2025

O Estado de Pernambuco, por intermédio da **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, torna público, para conhecimento dos interessados, a abertura da licitação a ser realizada por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – *Internet*, no local e horário a seguir:

INÍCIO DA DISPUTA: **10:00h** (horário de Brasília)

SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO: **COMPRAS.GOV.BR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO: **www.gov.br/compras**

DADOS PARA CONTATO

AGENTE DE CONTRATAÇÃO: **Edjane Maria da Silva - AC 74** (Portaria nº 2.423, publicada no DOE de 14/06/2025)

FONE: **(81) 3183-7760**

E-MAIL: **ac74@sad.pe.gov.br**

E-MAIL ALTERNATIVO: **edjane.silva@sad.pe.gov.br**

ENDEREÇO: **Av. Antônio de Góes, nº 194 - Pina, CEP: 51010-000 - Recife/PE**

Os períodos para recebimento de propostas e para início da sessão de disputa de preços estarão indicados no aviso de abertura do certame.

OBSERVAÇÃO 1: Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente adotado o horário de Brasília – DF.

OBSERVAÇÃO 2: Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo site e hora, salvo as disposições em contrário.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4993.2025.AC 30.PE.90776.SAD.PMPE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90776.2025

SEI Nº 3900035851.000048/2024-57

PREÂMBULO

O Estado de Pernambuco, por intermédio da **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, através da Pregoeira **Solange Maria de Albuquerque Ramos Nazaré**, designada por Portaria publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, em atendimento ao Documento de Abertura de Processo Licitatório, e com a respectiva autorização do Comandante Geral da Polícia Militar de Pernambuco, estabelece as condições para a abertura da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, a Lei Complementar nº 123/06 e os Decretos Estaduais nº 54.142/2022 e nº 54.700/2023, e respectivas alterações, aplicando-se subsidiariamente as demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

1. DO OBJETO

- 1.1.** A presente licitação tem como objeto a formação de Ata de Registro de Preços para o fornecimento eventual de **CAMINHÕES DE TRANSPORTE DE SOLÍPEDES**, conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I), visando atender às demandas da **Secretaria de Defesa Social**.
- 1.2.** A utilização da Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades não participantes da presente licitação obedecerá aos quantitativos estimados, prazos, limites e demais condições estabelecidas na minuta da Ata de Registro de Preços, constante do Anexo III deste Edital.
- 1.3.** O objeto desta licitação será dividido em Lote único, conforme tabela constante do Termo de Referência (Anexo I).

2. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. A despesa total com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 3.666.668,56 (três milhões, seiscentos e sessenta e seis mil seiscentos e sessenta e oito reais e cinquenta e seis centavos)**, distribuído na forma indicada no Termo de Referência.

2.2. As despesas decorrentes desta licitação estão incluídas no orçamento do Estado de Pernambuco, para o presente exercício, na classificação abaixo:

Elemento de Despesa: **4.4.90.52.00**

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É obrigação do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. A não observância dessa obrigação poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.3 A participação no processo licitatório implica na aceitação, pelo licitante, do seu cadastro também no sistema PE-INTEGRADO, para fins de integração do compras.gov.br com os sistemas utilizados pelo Poder Executivo Estadual.

3.4. Não poderão participar desta licitação:

- 3.4.1.** Pessoa física ou jurídica impedida de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, nos termos do art. 156, III e § 4º, da Lei nº 14.133/2021, e do art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;
- 3.4.2.** Pessoa física ou jurídica suspensa temporariamente de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, nos termos do art. 87, III, da Lei federal nº 8.666, de 1993;
- 3.4.3.** Pessoa física ou jurídica declarada inidônea para licitar ou contratar com toda a Administração Pública, nos termos do art. 156, IV e §5º, da Lei 14.133/2021, e do art. 87, IV, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;
- 3.4.4.** Pessoa física ou jurídica que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;
- 3.4.5.** Licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;
- 3.4.6.** Pessoa física ou jurídica enquadrada nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/21;
- 3.4.7.** Pessoa jurídica cujo ramo de atividade previsto em estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;
- 3.4.8.** Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021;
- 3.4.9.** Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 3.4.10.** Pessoas Físicas; e
- 3.4.11.** Agricultor Familiar/Produtor Rural.

4. DO CONSÓRCIO

- 4.1.** Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

5. DA REFERÊNCIA DE TEMPO

5.1. Todas as referências de tempo previstas neste Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.

5.2. As sessões serão iniciadas em dias úteis.

5.2.1. Serão considerados como dias não úteis os sábados, domingos, feriados nacionais, estaduais e demais feriados e pontos facultativos publicados em Diário Oficial que influam no horário de funcionamento do órgão licitante.

5.2.2. Sessões já iniciadas poderão ser suspensas, cabendo ao Pregoeiro informar, através do Sistema, a data e horário para retomada.

5.2.3. Os prazos para encaminhamento da proposta e dos documentos de habilitação digitalizados serão computados em horas corridas.

5.2.4. Em caso de suspensão, quando da retomada da sessão, os prazos concedidos serão restituídos por tempo igual ao que faltava para sua complementação.

5.3. Havendo calamidade pública, fato relevante devidamente justificado ou necessidade de adequação de horário por motivos de administração interna, os horários previstos no item 5.2 poderão ser alterados, cabendo ao Pregoeiro informar previamente às licitantes a alteração e a nova data e horário para retomada, através do sistema.

6. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

6.1. Qualquer pessoa é parte legítima para apresentar pedido de esclarecimento ou impugnar este Edital, devendo protocolar o pedido, por meio do e-mail indicado na folha de rosto anexa a este Edital, em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

6.2. As respostas aos pedidos de esclarecimento ou às impugnações vincularão os participantes e a Administração e serão divulgadas no Sistema pelo Pregoeiro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

6.3. A impugnação não possui efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo Pregoeiro.

6.4. Acolhida a impugnação, será republicado o Edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para realização do certame.

6.5. Não serão conhecidas impugnações apresentadas intempestivamente ou em desacordo com as regras estabelecidas neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL

7.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

7.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

7.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

7.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

7.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

7.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. A licitante enquadrada Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP Microempreendedor Individual (MEI) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos nos artigos 3º e 18 -A da Lei Complementar nº 123, de 2006, e os requisitos de habilitação deste edital, mesmo que tenha restrição na documentação comprobatória da regularidade fiscal e trabalhista estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

7.4.1. nos itens exclusivos ou reservados à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

7.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

7.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 7.2 ou 7.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

7.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

7.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

7.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

7.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

7.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

7.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

7.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

7.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

7.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 7.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

7.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8. DA ABERTURA E DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

8.1. A licitação será realizada em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

8.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável por eventuais ônus decorrentes da perda de negócios causada pela inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por motivo de desconexão.

8.4. A abertura da sessão pública ocorrerá na data e horário indicados na folha de rosto anexa a este Edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas, na forma prevista neste instrumento convocatório.

8.5. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

8.5.1. O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública para a análise dos documentos relativos às garantias de proposta apresentadas pelas licitantes.

8.6. Será desclassificada a proposta que contenha elementos que permitam a sua identificação.

8.7. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.8. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

9. DA FASE DE LANCES

9.1. Aberta a etapa competitiva, os representantes das licitantes classificadas deverão estar conectados ao sistema eletrônico e poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

9.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

9.1.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.1.3. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,01% (um centésimo por cento)**.

9.1.4 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

9.2. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.3. O sistema eletrônico não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

9.4. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

9.5. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado.

9.6. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais provenientes de licitantes distintas, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

9.7. Salvo se houver evidente erro material, não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.

9.8. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.9. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no endereço www.gov.br/compras, salvo na situação prevista no item 9.8.

9.10. Na situação acima, o reinício deve acontecer no turno seguinte ao da sessão suspensa, salvo em caso de impossibilidade, hipótese na qual a comunicação aos participantes deve ocorrer com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

9.11. O procedimento da etapa de lances seguirá de acordo com o modo de disputa **aberto**, conforme Termo de Referência.

9.12. A etapa de lances públicos e sucessivos terá duração de 10 (dez) minutos e, após esse prazo, será prorrogada automaticamente pelo sistema se houver oferta de lance nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração.

9.12.1. A prorrogação automática de que trata o item 9.12 será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

9.13. Na hipótese de não haver novos lances na forma prevista nos itens 9.12.1, a sessão pública será encerrada automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de classificação.

9.14. Definido o melhor lance, se a diferença em relação ao lance classificado em segundo lugar for de pelo menos 5%, o Pregoeiro poderá admitir, por uma única vez, o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

9.15. Após o reinício previsto no item acima, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance, ou por ofertar lance de valor inferior ou percentual de desconto superior.

9.16. Encerrada a etapa de que trata o item 9.15, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de vantajosidade, que se dará, conforme o critério de julgamento previsto neste edital.

10. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, se houver, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

10.1.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.1.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.1.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.1.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.2. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

10.2.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

10.2.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

10.2.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei, conforme regulamento;

10.2.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

10.2.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.2.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

10.2.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de Pernambuco;

10.2.2.2. empresas brasileiras;

10.2.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.2.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

10.2.3. Persistindo o empate, caso as regras previstas nos itens acima não solucionem o desempate, será realizado sorteio em sessão pública.

11. DA NEGOCIAÇÃO

11.1. Após o encerramento da fase de disputa, o Pregoeiro deverá negociar os preços apresentados pelas licitantes, podendo encaminhar contraproposta diretamente àquela que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor máximo estimado para a contratação.

11.2. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

11.2.1. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e divulgado a todos os licitantes.

11.3. Se, após a negociação, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar não oferecer proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado, será desclassificada da licitação, sem prejuízo da aplicação da penalidade cabível.

11.4. Os preços finais, unitários e totais, propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e global estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

11.5. No caso previsto no item 11.3, o Pregoeiro buscará negociar com as licitantes subsequentes, na ordem de classificação, buscando obter proposta com valor, no mínimo, igual ao previsto no orçamento estimado.

11.6. O sistema eletrônico informará a proposta de menor preço ou maior desconto imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação promovida pelo Pregoeiro.

12. DA CONVOCAÇÃO DA LICITANTE CLASSIFICADA PROVISORIAMENTE EM PRIMEIRO LUGAR

12.1. Após a negociação e antes da convocação da licitante para apresentar a proposta adequada ao último lance, o Pregoeiro verificará se ela se enquadra em uma das vedações previstas no item 3.3 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame, mediante consulta ao e-fisco, PE-Integrado, Compras.Gov.Br, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

12.1.1. A inscrição da licitante no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações do Estado de Pernambuco.

12.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, nos termos do art.12 da Lei nº 8.429, de 1992.

12.1.3. Caso reste configurada a ocorrência de alguma das vedações elencadas no item 3.3 deste edital, será declarado o impedimento de sua participação na presente licitação, devendo o Pregoeiro repetir este procedimento, convocando as licitantes subsequentes, de acordo com a ordem de classificação.

12.2. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar será convocada para apresentar a PROPOSTA DE PREÇO ADEQUADA AO ÚLTIMO LANCE, devidamente preenchida na forma do Modelo de Proposta de Preços (Anexo I do TR), bem como os DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A HABILITAÇÃO DIGITALIZADOS, para fins de exame de aceitabilidade do preço e de sua habilitação.

12.3. Os documentos deverão ser incluídos no Sistema no prazo de 02 (duas) horas corridas, contado a partir da convocação do Pregoeiro.

12.4. O prazo de que trata o item 12.3 poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação da licitante ou de ofício, a critério do Pregoeiro.

12.5. Recomenda-se que as licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados.

12.6. A licitante responsabilizar-se-á pela documentação encaminhada, assumindo como verdadeiras suas propostas, declarações e atestados.

12.7. Os arquivos encaminhados deverão estar legíveis.

12.8. Caberá à licitante confirmar o recebimento pelo Pregoeiro dos documentos encaminhados pelo sistema, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios causada pela inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Pregoeiro no sistema.

12.9. A licitante que abandonar o certame, deixando de encaminhar a proposta e/ou documentos de habilitação DIGITALIZADOS, no todo ou em parte, no prazo previsto no item 12.3, será desclassificada ou inabilitada do certame, conforme o caso, e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

12.10. A sessão será suspensa para aguardo da proposta de preços e dos documentos de habilitação, cabendo ao Pregoeiro informar, através do sistema eletrônico, a data e o horário para retomada da licitação e divulgação da aceitabilidade da proposta e do resultado da habilitação.

13. DA ANÁLISE DA PROPOSTA

13.1. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade do objeto com as especificações técnicas do edital.

13.1.1. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Estado de Pernambuco ou de pessoas físicas ou jurídicas com a expertise necessária, contratados para este fim.

13.2. Eventuais falhas formais ou materiais da proposta, como erros no preenchimento da planilha ou outros que não impedem a caracterização do objeto e o fornecimento dos bens nos termos desta licitação, não constituem motivo para a desclassificação da proposta e deverão ser corrigidos pela licitante.

13.2.1. Os ajustes da proposta não poderão implicar alteração de sua substância nem aumento do seu valor global.

13.2.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

13.2.3. O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a proposta ajustada quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitarem de ajustes para adequação aos valores estimados.

13.2.4. No caso de discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso

13.2.5. No caso de erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, o produto será retificado, mantendo-se inalterados o preço unitário e a quantidade.

13.2.6. No caso de erro de somatório, a adição será retificada, mantendo-se inalteradas as parcelas.

13.2.7. No caso de erros de transcrição das quantidades previstas para o fornecimento, o produto será corrigido devidamente, mantendo-se o preço unitário e se corrigindo a quantidade e o preço total.

13.3. Para a análise da compatibilidade do objeto com as especificações técnicas do edital, a licitante deverá anexar à proposta **manual de instruções do veículo** objeto da licitação, na forma e no prazo estipulado no item 12.2 deste edital

13.3.1. A não apresentação dos documentos referidos no item 13.3 será causa de desclassificação da proposta do licitante, se não houver o saneamento hábil em sede de diligência na forma do item 13.5, e).

13.4. Na análise da proposta não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

13.5. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não obedeçam às especificações técnicas previstas neste Edital;
- b) permaneçam com valores unitários ou global superiores aos estimados, após a negociação de que trata o item 11;
- c) contenham preços manifestamente inexequíveis ou não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- d) apresentem vício ou desconformidade insanável com quaisquer outras exigências deste Edital;
- e) contenham falhas, apontadas pelo Pregoeiro, não corrigidas nem justificadas, mesmo após a oportunidade de saneamento de que trata o item 16 deste Edital;
- f) apresentem valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

13.6. Considerar-se-á indício de inexequibilidade de proposta valores inferiores a 50% do valor estimado para contratação.

13.6.1. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o Pregoeiro deverá, por meio de diligência, conferir à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

13.6.2. A inexequibilidade só ficará comprovada quando, cumulativamente, o custo da licitante ultrapassar o valor da proposta e inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o valor proposto.

13.6.3. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pela licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.

13.7. Não se admitirá proposta que não observe a desoneração do ICMS quando se tratar de hipótese enquadrada na isenção prevista no Decreto Estadual nº 44.650/17 (Convênio ICMS 73/04).

13.8. Na proposta, não poderão ser incluídos pagamentos antecipados de quaisquer etapas ou serviços.

13.9. Se a proposta da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar não for aceita, o Pregoeiro retomarà a sessão pública para convocar as licitantes subsequentes, obedecida a ordem de classificação, a fim de apresentarem proposta de preços e documentos de habilitação, no mesmo prazo e condições do item 12.3, e realizarem a negociação de que trata o item 11, até a apuração de uma que atenda às condições editalícias.

13.10. Quando todas as licitantes forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação.

13.11. Classificada a proposta, o Pregoeiro dará início à fase de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar, mediante a verificação da documentação exigida neste Edital.

14. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

14.1. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar os seguintes documentos, nos termos e prazo previstos neste Edital:

14.2. Habilitação Jurídica:

14.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

14.2.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

14.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

14.2.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

14.2.4.1. Sociedades estrangeiras que não funcionem no País devem apresentar documentos de habilitação equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal, inicialmente em tradução livre.

14.2.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

14.2.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

14.2.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14.3. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

14.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

14.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, através da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;

14.3.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, comprovada através de apresentação de certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal;

14.3.4. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual relativo ao domicílio da licitante;

14.3.5. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

14.3.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal (CRF) emitida pela Secretaria da Fazenda relativa ao domicílio da licitante;

14.3.6.1. Se o domicílio da licitante se localizar fora do Estado de Pernambuco, deverá ser apresentada, adicionalmente, a CRF de Pernambuco.

14.3.7. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de acordo com a Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.

14.3.8. As microempresas, as empresas de pequeno porte e o Microempreendedor Individual (MEI) deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresente alguma restrição, sendo a comprovação efetiva exigível somente para efeito de contratação, nos termos dos arts. 42 e 43 da LC 123, de 2006 e art. 4º do Decreto Federal 8.538, de 2015.

14.3.9. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista da Microempresa, da Empresa de Pequeno Porte ou do Microempreendedor Individual, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.3.10. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.3.11. Caso a licitante esteja em recuperação judicial, estará dispensada da apresentação dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, com exceção da certidão de regularidade perante a Previdência Social, nos termos do artigo 52, inciso II, da Lei Federal nº 11.101/2005.

14.3.11.1. Para os fins do disposto no item acima, a licitante deverá apresentar decisão judicial em vigor que autorize o processamento do pedido de recuperação e dispense expressamente as certidões negativas, e comprovar que o respectivo plano de recuperação ainda não foi aprovado e homologado em Juízo.

14.3.11.2. Caso a licitante em recuperação judicial já tenha tido seu plano aprovado e homologado em juízo até a data de abertura da fase de habilitação do certame, a dispensa prevista acima não subsiste e a licitante deverá apresentar todas as certidões de regularidade requeridas neste Edital.

14.4. Qualificação Técnica:

14.4.1. Comprovação de experiência prévia no fornecimento de bens similares ou compatíveis, com características, quantitativos, complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores ao objeto

desta licitação, ou com o item pertinente, mediante atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

14.4.1.1. Será considerado compatível em características o fornecimento de **VEÍCULO AUTOMOTOR PARA TRANSPORTE DE CARGA**;

14.4.1.1.1. Será considerado compatível com a quantidade o(s) atestado(s) que apresentar (em), no mínimo, **50% (cinquenta por cento)** das quantidades estimadas na licitação;

14.4.1.2. Para fins de aferição do percentual mínimo de **50% (cinquenta por cento)** relativo à qualificação técnica, em sendo obtido resultado cujo número possua casas decimais, deverá ser realizado arredondamento para o primeiro menor número inteiro.

14.4.1.3. Será admitido, para fins de comprovação do quantitativo mínimo, o somatório das quantidades descritas em um ou mais atestados apresentados.

14.4.1.4. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

14.4.1.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

14.4.1.6. Não serão aceitos atestados emitidos pela licitante, em seu próprio nome, nem qualquer outro em desacordo com as exigências do Edital.

14.4.1.7. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

14.4.1.8. Será admitida a apresentação de atestados relativos a potencial subcontratado em relação à parcela de **serviços de adaptações, grafismo e instalação de sistema de sinalização e acústica**, cuja subcontratação foi expressamente autorizada no TR.

14.5. Qualificação Econômico-Financeira:

14.5.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

14.5.2. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede ou domicílio da licitante;

14.5.2.1. Certidão Negativa de Falência referente aos processos distribuídos pelo PJe (processos judiciais eletrônicos) da sede ou domicílio da licitante;

14.5.2.2. A certidão descrita no item 14.5.2.1 somente é exigível quando a certidão negativa de Falência da sede ou do domicílio da licitante contiver a ressalva expressa de que não abrange os processos judiciais eletrônicos.

14.5.2.3. No caso de Certidão Positiva de Falência, a licitante será inabilitada, salvo se restar comprovado que não houve decisão judicial válida e eficaz decretando a falência da empresa.

14.5.3. Comprovação de Capital Social ou Patrimônio Líquido Mínimo correspondente a **10% (dez por cento)** do valor estimado da licitação .

14.5.4. Comprovação da boa situação financeira da licitante através do cumprimento dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, nos valores indicados:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = ----- igual ou superior a 1

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG = ----- igual ou superior a 1

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC = ----- igual ou superior a 1

Passivo Circulante

14.5.5. Para fins de comprovação de Patrimônio Líquido e dos índices contábeis, a licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 2 (dois) exercícios sociais, exigíveis e apresentados na forma da lei (incluindo o termo de abertura e termo de encerramento), devendo cumprir a qualificação em ambos os exercícios, salvo quando a licitante tiver sido constituída há menos de 02 (dois) anos, hipótese na qual tais documentos limitar-se-ão ao último exercício financeiro.

14.5.6. Os balanços e demonstrações devem conter os registros ou autenticação no órgão competente e estar devidamente assinados pelo administrador da empresa e pelo profissional habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC, e vir acompanhados dos termos de abertura e de encerramento.

14.5.7. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme art. 65, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.5.8. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil da licitante.

14.6. Declarações complementares:

14.6.1. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.6.2. Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.6.3. Declaração de que não possui em seu quadro societário ou de pessoal agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, nos termos do art. 9º, §1º da Lei 14.133/2021, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital

14.6.4. Declaração de que não incorre em qualquer uma das vedações impostas no art. 14 da Lei 14.133/2021 aplicáveis ao objeto da presente licitação, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.6.5. Declaração de que atende às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), conforme determinação da Lei Estadual nº 18.671/2024, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.7. Das regras gerais relativas aos documentos de habilitação:

14.7.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

14.7.1.1. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

14.7.1.2. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

14.7.1.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

14.7.1.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

14.7.1.5. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

14.7.1.6. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

14.7.1.7. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

14.7.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

14.7.3. Quando da convocação da licitante para apresentação dos documentos de habilitação, a qualquer tempo, os documentos relativos à habilitação jurídica, à qualificação técnica e à qualificação econômico-financeira deverão remontar à data da sessão de abertura do certame, demonstrando-se que, à época da licitação, a licitante reunia as condições de habilitação.

14.7.3.1. Se os documentos indicados no item 14.7.3, na data da convocação, encontrarem-se com prazo de validade expirado, ou tenham sofrido alterações, devem ser também apresentados novos documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação;

14.7.4. Os documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, previstos no item 14.3, devem encontrar-se válidos na data da convocação.

14.7.5. Inexistindo preceito legal ou prazo de validade fixado no próprio instrumento, os documentos/certidões serão considerados válidos por um período de 90 (noventa) dias contados da sua emissão, exceto quando se tratar de Certidão Negativa de Falência, que terá validade de 180 (cento e oitenta) dias da sua expedição.

14.7.5.1. Caso haja previsão de prazo diverso em lei ou em norma infralegal municipal, de outros estados da federação ou internacional, a licitante ficará responsável por juntar a respectiva comprovação.

14.7.6. Não será aceito qualquer protocolo de entrega ou de solicitação de documentos em substituição aos documentos relacionados neste Edital.

14.7.7. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo Certificado de Registro de Fornecedor emitido pelo CADFOR-PE, desde que os documentos contemplados estejam dentro do prazo de validade, ou pelo certificado de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, nos termos do regulamento próprio.

14.7.8. Para fins de habilitação, a verificação dos documentos pelo Pregoeiro nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

14.7.9. Caso a licitante não logre comprovar o atendimento cumulativo dos requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira para todos os lotes/itens em que seja classificada provisoriamente em primeiro lugar, caberá a Administração especificar, considerando a maior economia obtida em valores absolutos de cada lote/item, os respectivos lotes/itens para os quais a licitante será habilitada.

14.7.9.1. Na hipótese de o certame ser homologado de forma parcial, correspondente a determinados lotes ou itens, a aplicação da regra prevista no subitem 14.7.9 restringir-se-á aos lotes ou itens abrangidos pela respectiva homologação. A escolha dos lotes ou itens para os quais a licitante será habilitada, com base na maior economia obtida em valores absolutos, deverá ocorrer exclusivamente dentre aqueles incluídos na etapa de homologação em curso.

14.7.10. Em caso de participação de licitantes estrangeiras que não funcionem no país, as exigências de habilitação serão atendidas mediante a apresentação de documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

14.7.10.1. Caso seja vencedora a licitante estrangeira que não funcione no país, será exigido, como condição para assinatura do contrato, que os documentos apresentados sejam traduzidos por tradutor juramentado e consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

14.7.10.2. A autenticação consular ou em embaixada será dispensada quando se tratar de documento público e o respectivo país for signatário da Convenção de Haia, sendo, neste caso, necessário apenas o apostilamento do documento em cartório, nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/2016.

14.7.11. Será inabilitada a licitante que apresentar declaração ou documentação falsa, que deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com as exigências deste Edital, ressalvadas as restrições relativas à regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedores Individuais ou equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, e o disposto no subitem 14.7.7.

14.7.12. Habilitada a licitante, o Pregoeiro encaminhará todos os documentos apresentados para fins de inscrição da licitante no CADFOR ou de atualização do respectivo registro cadastral, se já houver.

14.7.12.1. É obrigação da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e manter atualizados os documentos em seu registro no CADFOR até a homologação do certame, sob pena de decair do direito à contratação.

15. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

15.1. Verificado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste Edital, a(s) licitante(s) será(ão) declarada(s) vencedora(s) em sessão pública.

15.2. Na hipótese de a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro retornará o processo à fase de negociação para exame das ofertas subsequentes e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

15.3. Após análise de todas as propostas, na hipótese de não haver licitante classificada que atenda às exigências de habilitação, o Pregoeiro poderá conceder o prazo de 8 (oito) dias úteis para que as licitantes classificadas apresentem nova documentação escoimada das causas da inabilitação, observada a ordem de classificação.

16. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

16.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o Pregoeiro, mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação, devendo registrá-las em ata acessível aos licitantes.

16.2. Fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado;
- c) comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

16.2.1. Para os fins do disposto na alínea “c”, é lícita a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente a condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

16.2.2. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração da licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ela firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

16.3. A realização de diligências não confere à licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autoriza o Pregoeiro a fazer exigências novas não previstas no edital.

16.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo de 01 (um) dia útil.

16.5. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema COMPRAS.GOV, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

17. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

17.1. Após a declaração do(s) vencedor(es), qualquer licitante inconformada com o resultado poderá manifestar, ao final da sessão pública, a intenção de recorrer contra o julgamento das propostas ou a habilitação ou inabilitação de licitantes, através de campo próprio do sistema eletrônico, sendo-lhes então concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para anexar no sistema eletrônico memoriais contendo as razões recursais.

17.1.1. A intenção de recorrer deverá ser registrada no sistema em **até 10 (dez) minutos** após a declaração do vencedor.

17.1.2. A falta de manifestação imediata da intenção recursal importará preclusão e a adjudicação do objeto à licitante vencedora.

17.2. Os demais interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, que começarão a correr após o término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

17.3. As razões do recurso e das contrarrazões deverão ser anexadas em campo próprio do sistema eletrônico.

17.4. O recurso terá efeito suspensivo até a decisão final da autoridade competente e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.5. As razões do recurso serão dirigidas ao Pregoeiro, que, no prazo de 03 (três) dias úteis, poderá reconsiderar sua decisão ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso à autoridade superior, devidamente motivado, para decisão final no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

17.6. A decisão dos recursos deverá ser divulgada no sistema Compras.gov.br

17.7. Não serão conhecidos recursos apresentados em desacordo com as regras estabelecidas neste item ou fora do prazo e horário legal ou, ainda, subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

17.8. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.

17.9. Verificada a regularidade dos procedimentos, o Pregoeiro encaminhará o processo à autoridade competente para a homologação.

18. DO CADASTRO DE RESERVA

18.1. Após a adjudicação, as demais licitantes que concordem em reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante vencedora poderão integrar cadastro de reserva, obedecida a ordem de classificação no certame.

18.2. O cadastro de reserva será incluído como anexo da ata e poderá ser acionado quando:

18.2.1. houver recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata;

18.2.2. houver o cancelamento parcial ou integral da ata, nos termos do caput do art. 38 do Decreto Estadual nº 54.700/2023.

18.3. A análise dos documentos de habilitação das licitantes que integram o cadastro de reserva será efetuada apenas na eventualidade de serem convocadas para assinatura da ata.

18.4. A aceitação de eventual convocação é facultativa e a recusa em assinar a ata não gera para os integrantes do cadastro de reserva a aplicação de qualquer sanção administrativa.

19. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

19.1. Após a homologação do resultado desta licitação, a adjudicatária será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços (Anexo III), no prazo de **5 (cinco)** dias úteis, contados da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

19.2. O prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que haja solicitação da adjudicatária antes do decurso do prazo assinalado e ocorra motivo justo, aceito pelo Órgão Gerenciador.

19.3. No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, a adjudicatária, se for o caso, deverá apresentar documento de procuração, devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar o instrumento em nome da empresa.

19.4. A recusa injustificada em assinar a Ata dentro do prazo estabelecido enseja a aplicação das penalidades estabelecidas neste Edital, a perda da garantia de proposta, quando houver, e autoriza a Administração a acionar o cadastro de reserva, se houver.

19.5. Poderá ser acrescentada à Ata de Registro de Preços vantagem apresentada pela licitante vencedora em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital, que não represente quaisquer ônus para a Administração e que a respectiva aceitação esteja devidamente fundamentada.

20. DO CONTRATO

20.1. A eventual contratação do Detentor da Ata deverá ser formalizada dentro do prazo de vigência da Ata, mediante instrumento contratual, conforme modelo constante do Anexo IV.

20.2. Após a homologação da licitação, a adjudicatária será convocada para assinatura do termo de contrato no prazo de **5 (cinco)** dias úteis, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

20.2.1. O prazo para assinatura do termo de contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da adjudicatária e desde que ocorra motivo justo, aceito pelo contratante, e que seja formulada antes do decurso do prazo assinalado.

20.2.2. Se o instrumento de contrato não for assinado pelo representante legal do contratado, deverá ser apresentada procuração, devidamente reconhecido em cartório, com poderes que habilite o mandatário que habilitem a assinar o instrumento.

20.3. Por ocasião da convocação para assinatura do contrato, a contratante deverá consultar a regularidade da adjudicatária no CADFOR, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

20.3.1. Se houver pendência documental no CADFOR e não for possível atualiza-lo por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, a adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair o direito à contratação.

20.4. O não comparecimento injustificado da adjudicatária, a não apresentação dos documentos exigidos como requisito de contratação e a desatualização de seus documentos de habilitação no CADFOR importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das penalidades previstas neste Edital e à perda da garantia da proposta, quando houver, nos termos do item 21.1.2.

20.4.1 Na hipótese do item 20.4, a adjudicação poderá ser anulada e retomado o procedimento licitatório, a fim de que o Pregoeiro retorne à fase de negociação para exame das ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação e seja declarada uma nova adjudicatária.

20.5. Poderá ser acrescentada ao contrato vantagem apresentada pela licitante vencedora em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital, não represente quaisquer ônus para a Administração e a respectiva aceitação esteja devidamente fundamentada.

21. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a licitante ou a adjudicatária que:

21.1.1. convocada dentro do prazo de validade da proposta, não comparecer para assinar a Ata de Registro de Preços ou o instrumento contratual ou para retirar a Ordem de Fornecimento e respectiva nota de empenho;

21.1.2. deixar de entregar documentação exigida durante a licitação ou para fins de assinatura da Ata ou do contrato, inclusive a garantia da proposta ou de execução contratual;

21.1.3. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

21.1.3.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

21.1.3.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

21.1.3.3. desistir dos lances ofertados, a menos que haja erro material reconhecido;

21.1.3.4. desistir da proposta após encerrada a etapa competitiva ou der causa à sua desclassificação ao não oferecer, mesmo após negociação, proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado;

21.1.3.5. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

21.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

21.1.5. fraudar a licitação;

21.1.6. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

21.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

21.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

21.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

21.1.8. cometer fraude de qualquer natureza;

21.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

21.2. As licitantes ou adjudicatárias que incorram em infrações sujeitam-se às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

21.2.1. Multa;

21.2.2. Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, pelo prazo de até 03 (três) anos;

21.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) e máximo de 06 (seis) anos.

21.3. As sanções previstas nos itens 21.2.2 e 21.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

21.4. A penalidade de multa será aplicada de acordo com as seguintes regras:

21.4.1. Multa de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para o lote, observado o valor mínimo de 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no item 21.1.1 deste edital;

21.4.2. Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) até 1% (um por cento) sobre o valor total do lote, observado o valor mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser aplicada a quem cometer as infrações previstas nos itens 21.1.2 e 21.1.3. deste edital;

21.4.3. Multa de 10% (dez por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado para o lote nos casos das infrações previstas nos itens 21.1.4, 21.1.5., 21.1.6., 21.1.7, 21.1.8 e 21.1.9 deste edital.

21.5. Além da multa, aplicada, conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, nos seguintes casos e condições:

21.5.1. No cometimento da infração prevista no item 21.1.1: de 6 a 12 meses;

21.5.2. No cometimento das infrações previstas nos itens 21.1.2 e 21.1.3: até 6 meses;

21.6. Além da multa, aplicada conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos e descredenciamento no CADFOR-PE, no cometimento das infrações previstas nos itens 21.1.4, 21.1.5, 21.1.6, 21.1.7, 21.1.8 e 21.1.9: de 03 a 6 anos.

21.7. Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste Edital, bem como dos prazos previstos nos itens 21.5 e 21.6. deverão ser observadas:

21.7.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

21.7.2. As peculiaridades do caso concreto;

21.7.3. Circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração

21.7.4. Os danos para a Administração Pública resultantes da infração;

21.7.5. A vantagem auferida em virtude da infração;

21.7.6. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.8. Em caso de cometimento de mesma infração ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (dozes) meses, contados da data de publicação da decisão definitiva da condenação anterior, as faixas de multa e os prazos previstos neste Edital poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento), observados os limites máximos previstos em lei.

21.9. As penalidades deverão ser registradas no sistema e-fisco, no PE-integrado, no Compras.gov.br, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da decisão definitiva de aplicação da sanção.

21.10. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP, disciplinado em Decreto Estadual.

21.11. Havendo indícios de cometimento das condutas previstas na Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), a documentação pertinente será encaminhada às autoridades competentes para apuração da conduta típica em questão.

22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública constarão de ata, sem prejuízo das demais formas de publicidade.

22.2. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o seu recebimento ou, ainda, mediante publicação no sistema ou no Diário Oficial do Estado de Pernambuco.

22.3. A presente licitação poderá ser revogada, por motivo de conveniência e oportunidade, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou será anulada, por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

22.4. Constatado vício insanável na licitação, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, nos termos do art. 147 da Lei nº 14.133/2021

22.5. Após a adjudicação do objeto, a revogação ou a anulação da licitação somente será efetivada depois de concedido à adjudicatária do prazo de 3 (três) dias úteis para exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

22.5.1. Da decisão da autoridade de anular ou revogar o certame caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis para a autoridade máxima do órgão ou entidade responsável.

22.6. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação, cabendo, em caso de anulação, o dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável.

22.7. A participação das licitantes nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste Edital.

22.8. Em caso de divergência entre o Termo de Referência e o Edital de Licitação, prevalece o Edital.

22.9. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto a ser licitado descritas no sistema Compras.gov.br e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

22.10. Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

- a) Anexo I - Termo de Referência (com seus respectivos anexos, inclusive Modelo de Proposta);
- b) Anexo II – Declarações complementares;
- c) Anexo III – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- d) Anexo IV – Minuta do Contrato; e
- e) Anexo IV – Folha de rosto.

22.11. Os casos omissos neste Edital serão decididos com base na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas que regem a matéria.

22.12. A data de abertura da sessão pública poderá ser adiada por conveniência do órgão licitante, sem prejuízo do disposto no art. 55, I, “a”, da Lei n.º 14.133, de 2021.

Recife, 04 de março de 2026.

Solange Nazaré

Pregoeira AC 30

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4993.2025.AC 30.PE.90776.SAD.PMPE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90776.2025

SEI Nº 3900035851.000048/2024-57

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Formação de Registro de Preços para o fornecimento eventual de CAMINHÕES DE TRANSPORTE DE SOLÍPEDES, visando atender as necessidades do(a) REGIMENTO DE POLÍCIA MONTADA DIAS CARDOSO DA PMPE e da DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SDS, conforme as condições, especificações, quantidades e exigências contidas no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme definição do art. 8º do Decreto nº 51.652/ 2021.

1.3. As especificações e os quantitativos do objeto desta licitação estão divididos por itens descritos conforme quadro constante no anexo E.

1.4. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no E-fisco/Termo de Referência e no CATMAT, prevalecerá a descrição do E-fisco/Termo de Referência.

2. DAS JUSTIFICATIVAS

2.1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em tópico específico dos Estudo Técnico Preliminar (item 2 do ETP), anexo deste Termo de Referência.

2.2. JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO ESTIMADO

2.2.1. A Justificativa para o quantitativo necessário ao atendimento da necessidade pública encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item 8 do ETP), anexo deste Termo de Referência.

2.3. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

2.3.1. A Justificativa da escolha da solução a ser licitada encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item 6 do ETP), anexo deste Termo de Referência.

2.4. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

2.4.1. A Justificativa para o parcelamento do objeto encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item 10 do ETP), anexo deste Termo de Referência, de modo a permitir a ampliação da competitividade, diante das particularidades do caso concreto.

2.5. DA PREVISÃO DA VEDAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

2.5.1. De acordo com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser vedada, segundo discricionariedade da Administração, com base em justificativa técnica que leve em consideração as peculiaridades do caso concreto.

2.5.2. Assim, não poderá participar desta licitação consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição, visto que não se faz necessária a conjugação de esforços para a prestação do presente fornecimento.

2.5.3. Além disso, no caso vertente, não se faz presente a premissa da complexidade do objeto, uma vez que a aquisição de caminhões do tipo transanimal consiste em fornecimento de bem comum no mercado, amplamente padronizado, não exigindo a reunião de empresas com especialidades distintas para sua execução. Também não está presente o grande vulto da contratação, pois a aquisição restringe-se a apenas **04 unidades de caminhões transanimal**, em quantidade compatível com empresas de médio e grande porte já existentes no mercado nacional, não demandando associação empresarial sob a forma de consórcio.

2.5.4. Por todo o exposto, conclui-se que a vedação da participação de empresas sob a forma de consórcio é a medida que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

2.6. DA VEDAÇÃO DE PROFISSIONAIS ORGANIZADOS EM COOPERATIVA NA LICITAÇÃO

2.6.1. É vedada a participação de profissionais organizados em cooperativas na presente licitação, uma vez que o objeto em questão refere-se à aquisição de bem móvel (caminhões transanimal) e não à prestação de serviços de natureza pessoal. Cooperativas são estruturas voltadas à oferta de mão de obra ou serviços coletivos e não possuem a organização produtiva e industrial necessária para fornecer veículos automotores. Assim, sua participação se mostraria incompatível com o objeto licitado, não atendendo aos requisitos técnicos e comerciais exigidos.

2.7. DA VEDAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS NA LICITAÇÃO

2.7.1. É vedada a participação de pessoas físicas na presente licitação, uma vez que a aquisição de caminhões transanimal demanda fornecimento por parte de **pessoas jurídicas regularmente constituídas**, com capacidade técnica, econômica e fiscal para atender à Administração. Pessoas físicas não possuem estrutura produtiva, logística, capacidade de emissão de notas fiscais e atendimento das exigências legais trabalhistas, tributárias e de garantia contratual, inviabilizando sua participação.

2.8. DA VEDAÇÃO DE AGRICULTOR FAMILIAR / PRODUTOR RURAL NA LICITAÇÃO

2.8.1. É vedada a participação de agricultor familiar e/ou produtor rural na presente licitação, uma vez que tais agentes econômicos estão voltados, por natureza, à produção agropecuária e ao fornecimento de gêneros alimentícios ou insumos agrícolas, não possuindo como atividade fim a fabricação ou comercialização de veículos automotores especializados. Logo, sua inclusão seria incompatível com o objeto da contratação, afastando-se do princípio da **adequação entre objeto e habilitação do fornecedor** previsto na Lei nº 14.133/2021.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1. DESCRIÇÃO DO FORNECIMENTO/DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1.1 Além da descrição apresentada na tabela do quadro resumo deste Termo de Referência (Anexo E) para a aquisição do objeto deve-se observar as seguintes características:

- a) O veículo deverá ser entregue com tanque cheio.
- b) O ano de fabricação e o modelo do veículo automotor discriminado no objeto deste Termo de Referência não deverá ser inferior ao ano anterior à entrega.
- c) O veículo deverá ser entregue sem uso prévio, salvo o da necessidade de deslocamento do local de fabricação até o local de entrega.
- d) A contratada deverá fornecer, juntamente com o veículo e seus acessórios, manuais, certificados/livreto de assistência técnica, catálogo indicando as empresas credenciadas para realização dos eventuais reparos e plano de manutenção para os limites de quilometragem rodada (quando aplicável)

- e) Todos os documentos acima mencionados deverão ser fornecidos em língua portuguesa, individualizado para cada veículo, de forma a manter atendimento dos mesmos em rede autorizada;
- f) O “MANUAL DE INSTRUÇÕES” será fixado em local visível e seguro contendo:
- Orientação para manutenção preventiva e corretiva do veículo;
 - Regulagem, manutenção e limpeza;
 - Desenhos esquemáticos;
 - Procedimentos para acionamento da garantia e/ou assistência técnica;
 - Relação de oficinas de assistência técnica autorizadas no Estado;
 - Certificado de garantia preenchido contendo data de emissão e o número da Nota Fiscal, instruções para acionamento da assistência técnica e seus endereços no Estado para caminhões;
 - Certificado de uso do gás refrigerante não prejudicial à camada de ozônio, de acordo com a Lei da Política Nacional de Meio Ambiente nº 6.938/81, gerenciada pelo IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente).

3.1.2. O licitante deve levar em consideração as normas técnicas elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT NBR9491:2015, NBR16231:2013, NBR16130:2012, e demais requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, conforme legislação vigente.

3.1.3. Estar de acordo com a Resolução nº 791, de 18 de junho de 2020 referente às normas sobre o transporte de animais de produção, de interesse econômico, de esporte, de lazer ou de exposição.

3.1.4. O emplacamento dos veículos junto ao Detran-PE ficará a cargo da contratada, ou seja, sem ônus para a contratante.

3.1.5. Do Caminhão:

- Do ano de fabricação/modelo do ano de aquisição ou superior;
- Cor Branca;
- Cabine avançada, em estrutura de aço ou aço revestido com GFK, com painel de instrumentos convencionais, provido de tacógrafo digital para 7 dias;
- Movido a óleo diesel e embreagem mono disco a seco, revestimento orgânico, com acionamento hidráulico; transmissão tipo manual, mecânica, de no mínimo de 05 (cinco) velocidades a frente e 01 (uma) a ré; Tração 4x2; eixo traseiro motriz; eixo rígido em aço estampado;
- Com 02 portas, com grafismo atual da PMPE, layout fornecido pelo contratante;
- Possuir além de luzes estroboscópicas nos farol dianteiro e lanternas traseira;
- Capacidade do PBT homologado de no mínimo 16.000 KG, dimensão entre eixos mínima de 5.200 mm, motor com potência mínima de 240 CV;
- Torque mínimo de 90 MKGF; padrão Euro VI, com turbo e intercooler, sistema de injeção eletrônica common rail ou direta; número de cilindros mínimo de 04 (Quatro) em linha, direção assistida.
- Com freio de serviço a ar, S-CAM com tambor nas rodas dianteiras e traseiras; freio de estacionamento com câmaras de molas acumuladoras, com atuação nas rodas traseiras; tensão nominal de 24V;
- Possuir pneus originais, com as características técnicas do respectivo fabricante e respeitado o peso bruto por eixo ou conjunto de eixos, conforme estabelecido na Resolução CONTRAN nº 882, de 2021 e suas sucedâneas; ar-condicionado de fábrica, rodo calibrador;
- Possuir proteção lateral, conforme Resolução n.º 953 de 28 de março de 2022 – CONTRAN, em ambos os lados do caminhão;
- Possuir Grades de Proteção fixas de revestimento em arame nº 12 galvanizado nos faróis, lanternas e janelas laterais, e no para brisas com abertura no meio;
- Emplacamento com a placa oficial de Pernambuco e IPVA quitado;
- Garantia mínima de 24 meses com KM livre para a carroceria e trem de força, mantendo assistência técnica em todo o Estado de Pernambuco no período prescrito no manual do fabricante;

o) O Caminhão deverá ser entregue com tanque cheio.

3.1.6. Da Carroceria

3.1.6.1. Deverá ser confeccionada e instalada no veículo tipo caminhão, para o transporte de, no mínimo, 10 equinos, fornecido pelo contratante, com as especificações abaixo:

- a) Possuir medidas internas 7,57m x 2,40m x 2,30m (comprimento, largura e altura), com teto fechado e inclinação para queda d'água;
- b) Composta de estrutura metálica de cantoneira em barras de ferro galvanizada – cantoneira U, em chapa 11 mm revestida com réguas de madeira de Lei – Madeira originária de Rouxinho, Ipê ou garapa medindo 15cm x 2,5cm;
- c) Deverá ser revestida, internamente, com madeira bloco naval com espessura de 40 mm e altura de 1,70 cm, fixado com conjunto parafusos/porca sextavado $\frac{1}{4}$, galvanizado, além de receber um segundo revestimento com chapa em alumínio antiderrapante, contendo mata-juntas entre as emendas das chapas, na sua parte superior e inferior, medidas 2x1, nº 50, com 1m de altura por 2m de largura;
- d) O piso da carroceria deverá ser confeccionado com réguas de madeira de lei - Madeira originária de Rouxinho, Ipê ou Garapa, medindo 15cm x 2,5cm e revestido com borracha antiderrapante plurigoma, densidade aproximada de 1,38 g/cm³, resistente a detergentes sulfonados, ácido acético e soda cáustica com espessura de 20 mm, fixado com cola e parafusos, possuindo ainda 10 ralos cilíndricos de 60MM de diâmetro, distribuídos equidistantemente no piso da carroceria, para fins de higienização e descarte de dejetos;
- e) Para propiciarmos ventilação no ambiente interno da carroceria, a partir de 1,85 m de altura, a contar do piso, a distância entre os lastros laterais, que medem 15 cm x 2,5 cm, deverá ser de 7 cm, seguindo assim até alcançar o teto;
- f) Deverá possuir 30 (trinta) argolas, fabricada em aço inox, fabricadas com varão de ferro de 5/8", tipo liso, com 10 cm de diâmetro. 20 (vinte) delas deverão ser fixadas na parte interna, na altura de 1,60 m, contados a partir do piso da carroceria, para a amarração dos cavalos quando embarcados, 10 (dez) na direita e 10 (dez) na esquerda, distribuídas equitativamente nas laterais. As outras 10 (dez) unidades, fixadas nas laterais externas, 5 (cinco) na esquerda e 5 (cinco) na direita, a uma altura de 20 cm, contados a partir do piso da carroceria, distribuídas equitativamente nas laterais, para amarração cavalos quando desembarcados;
- g) Deverá possuir um sistema de iluminação interna, fiação em "cabo PP", de 4 mm, com lâmpadas led de 12v, com no mínimo 08 pontos de lâmpadas, instaladas no teto da carroceria de forma, nas suas laterais, sendo 4 em cada lado, garantindo a perfeita iluminação do ambiente, durante a noite, além de possuir dois faróis externos, com acionamento por interruptor na cabine do motorista, protegidos por caixas metálicas, posicionados nas partes laterais externas do teto da carroceria, com o foco luminoso voltado para a rampa de acesso dos animais, quando aberta, de forma a facilitar o embarque e o desembarque dos solípedes;
- h) Possuir dois baús, medindo 100 cm x 70 cm x 70 cm (altura x largura x profundidade), com estrutura de tubo galvanizado, de 20 x 40 mm, revestido em chapa galvanizada 14mm. Os baús deverão ser posicionados abaixo da carroceria, um em cada lado;
- i) Possuir faixas refletivas na traseira, e nas laterais da carroceria, e o nome "CARGA VIVA", na parte traseira da carroceria (rampa), conforme prescreve o Código de Trânsito Brasileiro (CTB);
- j) Possuir 01 (uma) porta de emergência na lateral anterior direita da carroceria, com 60 cm de largura.
- k) Possuir uma Rampa Dividida em duas partes com dobradiças tipo tarugo de no mínimo 250MM em ambas as partes, a primeira medindo 2,30m x 2,50m, com apoio vertical dos dois lados, e no final da 1ª parte da rampa; a segunda parte medindo 2,30m x 1,20m, ambas com estrutura metálica; Na estrutura metálica será utilizada cantoneira U, galvanizada, de 4 polegadas, em chapa de 11 mm, revestida em madeira de Lei – Madeira originária de Rouxinho, Ipê ou Garapa, e piso em borracha antiderrapante plurigoma, de densidade aproximada de 1,38 g/cm³, resistente a detergentes sulfonados, ácido acético e soda cáustica, com espessura de 20 mm, fixado com cola e parafusos, sob lastros 15 cm x 2,5 cm, fixos e paralelos, em madeira de Lei –

Madeira originária de Rouxinho, Ipê ou Garapa, com distância de 40 cm, e ao final duas rodas de nylon, com no mínimo de 10 cm de diâmetro, e no mínimo 15 centímetros de largura posicionadas na parte inferior final, responsável pelo deslizamento da mesma, quando estiver sendo aberta ou fechada;

l) Deverá ser acionada através de kit hidráulico, instalado na parte traseira externa por baixo da carroceria, composto por uma moto- bomba de 12 v, pressão de trabalho 250 PSI, dois cilindros de 4”, de dupla ação e curso de haste de 450 mm, comando hidráulico de duas vias e uma seção, mangueiras lonadas de 350 PSI, chicote elétrico anti chama, seção 2,5 mm; sistema de engrenagem mecânico para elevação da rampa, com redutor de velocidade, com manivela e cabo de aço com mosquetão, com capacidade para suportar o peso das duas rampas;

m) Possuir 01 (uma) caixa d'água estrutura em fibra de vidro, sobre a carroceria, com capacidade para 100 litros;

n) Possuir 02 (duas) escadas externas laterais tubulares em ferro galvanizado;

o) A carroceria deverá possuir 9 (nove) divisórias, espaçadas de 75 cm entre elas, em madeira (bloco naval) com 3 cm de espessura, com estrutura metálica, com dobradiças reforçadas e abertura para as laterais, com 1,70 m de altura do piso ao final da carroceria.

3.1.7. Do Grafismo

3.1.7.1 A contratada deverá apresentar o Layout padrão da PMPE para aprovação, conforme modelo descrito no Termo de Referência antes da plotagem da viatura.

3.1.8. Do Sinalizador

3.1.8.1 Deverá ser realizado de acordo com a Seção III do RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 970, DE 20 DE JUNHO DE 2022 e com a garantia de aplicação do fabricante.

a) **SINALIZADOR VISUAL:** Possuir Sinalizador visual em “led” no teto da cabine, formato linear ou arco, montado em perfil de alumínio de alta resistência, com no mínimo 250 leds de iluminação de alto brilho, na cor vermelha, dotado de faróis de beco nas extremidades, mínimo de 21W de potência, módulo de controle eletrônico com capacidade de gerar cinco efeitos luminosos diferentes;

b) **SINALIZADOR ACÚSTICO, COMPOSTO POR:** Com Sirene eletrônica digital de 100 W RMS, com pelo menos cinco tons de sirene, potência sonora mínima de 120 dB.

3.1.9. Do Treinamento

a) O treinamento será ministrado pela empresa contratada, sem custo para a contratante, durante o período de recebimento do objeto, e abordará os seguintes assuntos: instrução de uso, operação e manutenção básica da viatura e seus equipamentos. O treinamento será destinado a 10 (dez) servidores da Polícia Militar de Pernambuco, com conteúdo e carga horária compatível para atender às necessidades do órgão quanto à utilização, operação e manutenção do veículo.

b) Em caso de haver fornecimento de veículos com modelos já operacionalizados pelo órgão, fica a empresa desobrigada de ministrar o treinamento previsto no item acima. O veículo deverá ser entregue sem uso prévio, salvo o da necessidade de deslocamento do local de fabricação até o local de entrega descrito no item 3.10.

3.1.10. ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO VEÍCULO E DAS ADAPTAÇÕES

3.1.10.1. Durante o período de garantia, a assistência técnica dos veículos e respectivas adaptações, deverá ser prestada em rede própria ou conveniada, composta por oficinas autorizadas ou concessionárias, ou em oficinas especializadas, homologadas pela contratada para tal finalidade, localizadas na Região conforme tabela abaixo:

LOCALIZAÇÃO DAS OFICINAS AUTORIZADAS E/OU CONCESSIONÁRIAS Região Metropolitana do Recife

- a) A contratada deverá fornecer, juntamente com o veículo e seus acessórios, manuais, certificados/livreto de assistência técnica, catálogo indicando as empresas credenciadas para realização dos eventuais reparos e plano de manutenção para os limites de quilometragem rodada (quando aplicável)
- b) Todos os documentos acima mencionados deverão ser fornecidos em língua portuguesa, individualizado para cada veículo, de forma a manter atendimento dos mesmos em rede autorizada;
- c) O “MANUAL DE INSTRUÇÕES” será fixado em local visível e seguro contendo:
- i Orientação para manutenção preventiva e corretiva do veículo;
 - ii Regulagem, manutenção e limpeza; ii Desenhos esquemáticos;
 - iv Procedimentos para acionamento da garantia e/ou assistência técnica;
 - v Relação de oficinas de assistência técnica autorizadas no Estado;
 - vi Certificado de garantia preenchido contendo data de emissão e o número da Nota Fiscal, instruções para acionamento da assistência técnica e seus endereços no Estado para caminhões;
 - vii Certificado de uso do gás refrigerante não prejudicial à camada de ozônio, de acordo com a Lei da Política Nacional de Meio Ambiente nº 6.938/81, gerenciada pelo IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente).
- d) A CONTRATADA deverá garantir o fornecimento e reposição de peças, materiais e equipamentos que compõem o veículo e suas adaptações, pelo período ininterrupto de 24 (vinte e quatro) meses, já incluso o período normal da garantia, contados a partir do recebimento definitivo dos veículos;
- e) A CONTRATADA deverá apresentar relação da rede de assistência técnica no território nacional, devendo estar apta a fornecer peças de reposição no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da solicitação. Para prazo de reposição de peças superior, o proponente deverá apresentar a devida justificativa para análise e posterior deliberação do setor competente, não devendo este prazo exceder 30 (trinta) dias úteis. O veículo deverá conter todos os acessórios de identificação, segurança e sinalização de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997) e Resolução do Contran nº 791 de julho de 2020.
- f) A Empresa contratada deverá fornecer juntamente com o objeto licitado, TERMO DE GARANTIA do veículo e da carroceria de forma a manter atendimento em rede autorizada, pelo prazo estipulado pelo fabricante do caminhão, ou pelo prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) meses.
- g) O serviço de ASSISTÊNCIA TÉCNICA deverá ser prestado em empresas especializadas e homologadas pela fabricante, localizadas na Região Metropolitana do Recife (RMR), de acordo com os manuais e normas técnicas específicas dos fabricantes, com a finalidade de manter o objeto em perfeitas condições de uso, sendo todas as despesas relativas à garantia, por conta da fornecedora. Durante o prazo de garantia, em casos específicos e devidamente deferidos pela Secretaria de Defesa Social, quando não for possível prestar a assistência técnica na RMR, a empresa fornecedora deverá arcar com os custos de transporte do objeto para o local onde será prestada a assistência técnica, devendo executar em prazo razoável e proporcional a manutenção requerida.
- h) A empresa contratada deverá atender aos chamados de serviços de assistência técnica ao objeto, compreendendo reparos e substituições de peças, com defeito de fábrica, obrigando-se a colocar o objeto em perfeito estado de funcionamento, no prazo máximo de 72 horas corridas, contado a partir da solicitação efetuada.

3.2. GARANTIA DO OBJETO

3.2.1. O prazo de garantia do objeto deverá ser de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. A contratada deverá assegurar o mesmo prazo estipulado pelo fabricante, caso este seja superior ao prazo mínimo retrocitado.

3.2.2. A garantia poderá implicar a realização de manutenção, substituição temporária ou troca definitiva, com vistas a manter a disponibilidade do objeto para uso, em perfeito estado de funcionamento.

3.2.3. Os serviços de assistência técnica decorrentes da garantia compreendem a substituição de peças, ajustes e reparos necessários, dentre outros procedimentos, de modo a manter o objeto em perfeita condição de uso durante a sua vigência;

3.2.4. O serviço de manutenção do objeto realizado durante o período de garantia é de responsabilidade do fornecedor, que deverá disponibilizar assistência técnica autorizada para realização das intervenções necessárias;

3.2.4.1. Tanto na substituição temporária quanto na troca definitiva, o equipamento substituído deverá possuir características técnicas e desempenho igual ou superior ao equipamento original, além de estarem em perfeito estado de funcionamento;

3.2.4.2. Os prazos máximos para substituição temporária e troca definitiva serão definidos conforme abaixo, sendo aplicados caso ao término destes prazos o objeto original não esteja disponível para a CONTRATANTE.

| Item | Atividade ou Serviço | Métrica | Meta |
|--|--|--|----------|
| Entrega de Equipamentos | | | |
| 1 | Realização, por parte da CONTRATADA, da entrega e dos equipamentos contratados no local indicado pelo CONTRATANTE. | Dias corridos Após a solicitação formal. | 180 dias |
| Treinamento | | | |
| 2 | Treinamento da equipe que utilizará o veículo. | Dias corridos a contar do recebimento provisório | 5 dias |
| Manutenção e Suporte Técnico dos Veículos | | | |
| 3 | Sanar os problemas surgidos no veículo e nas respectivas adaptações | Emissão da notificação pela empresa contratante. | 10 dias |
| 4 | Substituição de forma definitiva por um veículo novo, de primeiro uso, caso o equipamento original não possa ser recuperado. | Dias corridos após a abertura do chamado | 30 dias |

3.2.5 Durante o período de garantia, a assistência técnica dos veículos e respectivas adaptações, deverá ser prestada em rede própria ou conveniada, composta por oficinas autorizadas ou concessionárias, ou em oficinas especializadas, homologadas pela contratada para tal finalidade, localizadas na Região conforme tabela abaixo:

| |
|---|
| LOCALIZAÇÃO DAS OFICINAS AUTORIZADAS E/OU CONCESSIONÁRIAS |
| Região Metropolitana do Recife |

b) A CONTRATADA deverá garantir o fornecimento e reposição de peças, materiais e equipamentos que compõem o veículo e suas adaptações, pelo período ininterrupto de 24 (vinte e quatro) meses, já incluso o período normal da garantia, contados a partir do recebimento definitivo dos veículos;

c) A CONTRATADA deverá apresentar relação da rede de assistência técnica no território nacional, devendo estar apta a fornecer peças de reposição no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da solicitação. Para prazo de reposição de peças superior, o proponente deverá apresentar a devida justificativa para análise e posterior deliberação do setor competente, não devendo este prazo exceder 30 (trinta) dias úteis. O veículo deverá conter todos os acessórios de identificação, segurança e sinalização de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997) e Resolução do Contran nº 791 de julho de 2020.

d) A Empresa contratada deverá fornecer juntamente com o objeto licitado, TERMO DE GARANTIA do veículo e da carroceria de forma a manter atendimento em rede autorizada, pelo prazo estipulado pelo fabricante do caminhão, ou pelo prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) meses.

e) O serviço de ASSISTÊNCIA TÉCNICA deverá ser prestado em empresas especializadas e homologadas pela fabricante, localizadas na Região Metropolitana do Recife (RMR), de acordo com os manuais e normas técnicas específicas dos fabricantes, com a finalidade de manter o objeto em perfeitas condições de uso, sendo todas as despesas relativas à garantia, por conta da fornecedora. Durante o prazo de garantia, em casos específicos e devidamente deferidos pela Secretaria de Defesa Social, quando não for possível prestar a assistência técnica na RMR, a empresa fornecedora deverá arcar com os custos de transporte do objeto para o local onde será prestada a assistência técnica, devendo executar em prazo razoável e proporcional a manutenção requerida.

f) A empresa contratada deverá atender aos chamados de serviços de assistência técnica ao objeto, compreendendo reparos e substituições de peças, com defeito de fábrica, obrigando-se a colocar o objeto em perfeito estado de funcionamento, no prazo máximo de 72 horas corridas, contado a partir da solicitação efetuada.

3.3. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

3.3.1. A entrega do(s) bem(ns) será realizada de forma futura e integral, em remessa única, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contados da notificação da Ordem de Fornecimento, acompanhada da Nota de Empenho.

3.3.2. A entrega do veículo, objeto deste Termo de Referência, será realizada na Unidade de Transporte da SDS-PE, especificamente na sede da Comissão de Reaparelhamento, situada na Rua Treze de Maio, nº 266-388 – Santo Amaro – Recife/PE, Cep: 50100.160. A entrega deverá ocorrer de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário das 08h00min às 12h00min e 14h00min às 17h00min, mediante agendamento prévio de 48 (quarenta e oito) horas, através do fone: 3183-5306 ou por email: comissaodereaparelhamento@pm.pe.gov.br.

3.3.3. Para a entrega do objeto, é imprescindível anexar DANFE a Nota Fiscal Eletrônica, responsabilidade pela instalação do produto; especificidades de acondicionamento e transporte do bem e outros aspectos relevantes para a sua entrega e a cópia da nota de empenho;

a) responsabilidade pela instalação do produto;

b) especificidades de acondicionamento e transporte do bem e outros aspectos relevantes para a sua entrega.

3.3.4. O objeto será recebido:

a) **Provisoriamente**, de forma sumária, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade dos bens recebidos com as especificações exigidas;

b) **Definitivamente**, após a verificação da compatibilidade dos bens com as especificações técnicas e exigências de qualidade e quantidade fixadas neste Termo de Referência e seus anexos, com a consequente aceitação, mediante termo circunstanciado, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou do instrumento de cobrança equivalente;

b.1.) O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

3.3.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

3.3.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade ético-profissional da contratada pela perfeita execução da contratação, nem a responsabilidade pelos prejuízos resultantes da sua incorreta execução;

3.3.7. A contratada deve comunicar à contratante, no prazo máximo de 30 dia(s) útil(is) que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

3.3.8. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com os termos e condições desta contratação. A contratada deve substituir, reparar ou complementar, às suas expensas, no todo ou em parte, conforme o caso, no prazo de até 30 dia(s) útil(is), contados da notificação feita pelo fiscal,

os bens que apresentarem vícios, defeitos ou qualquer irregularidade.

4. DO VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA E DO BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

4.1 VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO.

4.1.1. O valor estimado global da contratação é de **R\$ 3.666.668,56 (três milhões, seiscentos e sessenta e seis mil seiscentos e sessenta e oito reais e cinquenta e seis centavos)** distribuído nos seguintes lotes:

a) Item Único - Valor estimado total - R\$ 3.666.668,56 (três milhões, seiscentos e sessenta e seis mil seiscentos e sessenta e oito reais e cinquenta e seis centavos).

4.1.2. No preço total do objeto deverão estar inclusos todos os tributos (impostos, taxas e contribuições), sejam federais, estaduais e municipais, bem como frete, comissões, pessoal, embalagem, seguros, encargos sociais e trabalhistas, assim como demais insumos inerentes que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, sejam de que naturezas forem;

4.1.3. Os preços finais e unitários e totais propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e total estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

4.2 CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

4.2.1. As despesas decorrentes desta licitação serão incluídas no orçamento do Estado de Pernambuco, para o presente exercício, na classificação abaixo:

Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00

4.3 JUSTIFICATIVA PARA NÃO APLICAÇÃO DO BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

4.3.1. No caso de aquisições de bens, em regra, devem ser objeto de licitações exclusivas para Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI), quando os itens de contratação possuírem valor estimado de até 80 mil reais ou devem ser reservadas cotas de até 25% do quantitativo para essas empresas caso os valores estimados dos itens/lotos forem superiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil) reais e a natureza dos bens a serem adquiridos seja divisível, nos termos do art. 48, I e III, da LC nº 123/2006.

4.3.2. Considerando que não há itens de valor igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a presente licitação não possui itens exclusivos à participação de microempresa, empresa de pequeno porte ou Microempreendedor Individual.

5. DA LICITAÇÃO

5.1 MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO, FORMA DE FORNECIMENTO E MODOS DE DISPUTA

5.1.1. O objeto será executado por meio da forma de FORNECIMENTO INTEGRAL com entrega FUTURA.

5.1.2. A licitação será processada na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tendo como critério de julgamento o MENOR PREÇO GLOBAL.

5.1.3. O modo de disputa a ser utilizado no certame é o aberto.

5.1.4. A combinação dos parâmetros modalidade de licitação, critério de julgamento e modo de disputa descritos neste Termo de Referência se mostram adequadas e eficientes para seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, uma vez que a utilização do Pregão Eletrônico, na forma de disputa aberta, amplia a competitividade, assegura maior transparência e publicidade dos lances, reduzindo riscos de direcionamento e possibilitando que os licitantes ofereçam sucessivas propostas em tempo real. Além disso, o critério de julgamento pelo menor preço global é o mais adequado para

garantir a economicidade e a padronização do fornecimento integral de todos os itens necessários, evitando fracionamento contratual e assegurando a entrega imediata do objeto em sua completude. Dessa forma, tal combinação observa os princípios da isonomia, da seleção da proposta mais vantajosa e da eficiência, em consonância com o art. 18, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, bem como o disposto no art. 17, inciso XIII, do Decreto Estadual nº 53.384/2022.

5.2 PROPOSTA

5.2.1 PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

5.2.1.1 As propostas deverão ter validade de, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias, contados da data de abertura da sessão pública, independente de declaração da licitante

5.2.2 CONDIÇÕES DA PROPOSTA

5.2.2.1 Para o item único a proposta enviada deverá ser acompanhada do seguinte documento:

a) O manual de instruções do veículo.

5.3 REQUISITOS ESPECÍFICOS DE HABILITAÇÃO

5.3.1 REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

5.3.1.1 Comprovação de experiência prévia no fornecimento de bens similares ou compatíveis, com características, quantitativos, complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores ao objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

5.3.1.2 Será considerado compatível em características o fornecimento de **VEÍCULO AUTOMOTOR PARA TRANSPORTE DE CARGA**;

5.3.1.3. Será considerado compatível com a quantidade o atestado que apresentar, no mínimo, 50 % (cinquenta por cento) das quantidades estimadas na licitação para cada lote, exigindo-se a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro lugar em mais de um lote;

5.3.1.4. Para fins de aferição do percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) relativo à qualificação técnica, em sendo obtido resultado cujo número possua casas decimais, deverá ser realizado arredondamento para o primeiro menor número inteiro.

5.3.1.4.1 Justifica-se o percentual fixado para fins de qualificação técnica, no que se refere à comprovação das quantidades a serem indicadas em atestados, pois considerando o reduzido quantitativo total da licitação. A exigência de comprovação de experiência anterior com a metade do objeto é a medida mínima e proporcional para assegurar a aptidão comercial da licitante e a segurança da contratação, sem restringir o caráter competitivo do certame

5.3.2 REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

5.3.2.1 Serão exigidas como qualificação econômico-financeira a certidão negativa de falência e recuperação judicial, conforme disposto no Edital.

5.3.2.2 Comprovação de Capital Social ou Patrimônio Líquido Mínimo, correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da licitação.

5.3.2.3 Comprovação da boa situação financeira da licitante através do cumprimento dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente, A exigência dos índices contábeis visa demonstrar a capacidade econômica da licitante para honrar os compromissos assumidos, garantindo que dispõe de recursos suficientes para a execução do contrato até o efetivo pagamento pela Administração, assegurando a estabilidade do fornecimento, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, nos valores indicados:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = = igual ou superior a 1

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG = $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$ = igual ou superior a 1

Ativo Circulante

LC = $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$ = igual ou superior a 1

5.3.2.4 A adoção dos índices acima se mostra suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, uma vez que permitem aferir a real capacidade da licitante em honrar seus compromissos de curto e longo prazo, mitigando riscos de descontinuidade no fornecimento. Ademais, os seus valores iguais ou superiores a 1,00 (um inteiro) foram adotados para o presente certame, pois refletem o equilíbrio financeiro mínimo (ativo capaz de cobrir o passivo), indicando que a empresa não opera em estado de insolvência, sem restringir indevidamente a competitividade.

6. DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1.1. A opção pelo sistema de registro de preços para a contratação do objeto constante deste Termo de Referência tem fundamentação no art. 3º, inciso III do Decreto nº 54.700/2023, visto que se trata de aquisição de bens de uso frequente pela Administração, passível de atendimento a mais de um órgão ou entidade, no caso a Polícia Militar de Pernambuco, por meio do Regimento de Polícia Montada, e a Diretoria de Administração Geral da SDS, que já manifestou interesse em parcela do quantitativo previsto. Tal circunstância demonstra a conveniência de centralizar a contratação por meio do registro de preços, de modo a racionalizar os procedimentos, ampliar a competitividade, reduzir custos operacionais e permitir contratações futuras dentro da vigência da ata, de acordo com a demanda e a disponibilidade orçamentária.

Dessa forma, a utilização do sistema de registro de preços possibilita maior eficiência administrativa, evitando a repetição de certames licitatórios para objetos idênticos, atendendo ao princípio da economicidade e garantindo a flexibilidade necessária para a Administração Pública adequar as aquisições às suas necessidades concretas, em consonância com os princípios da eficiência e da vantajosidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

6.2. ÓRGÃO GERENCIADOR

6.2.1. A POLÍCIA MILITAR DE PERNAMBUCO é o órgão gerenciador deste Registro de Preços;

6.3. ÓRGÃOS PARTICIPANTES

6.3.1. Figuram como órgãos participantes deste Registro de Preços:

- a) POLÍCIA MILITAR DE PERNAMBUCO
- b) DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SDS

6.4. PRAZO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.4.1. Após a homologação do resultado desta licitação, a adjudicatária será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

6.5. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E SUA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

6.5.1. O prazo de vigência da ata será de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, facultada a renovação dos quantitativos previstos, inclusive para fins de adesão por não participantes, desde que seja comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

6.6. PREVISÃO E JUSTIFICATIVA DA POSSIBILIDADE DE ADESÃO POR ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES E CONDIÇÕES DE ADESÃO

6.6.1. Será permitida a adesão por órgãos não participantes à Ata de Registro de preços oriunda deste Termo de Referência.

6.6.2. As possíveis solicitações de adesão deverão ser encaminhadas à gerenciadora da ata de registro de preços, por meio do telefone:

(81) 3181-1740, e-mail: p4.rpmon@pm.pe.gov.br, para autorização.

6.7. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA GERENCIADOR DA ATA

6.7.1. As obrigações do órgão gerenciador da ata de registro de preços serão dispostas em item específico da minuta da ata de registro de preços do presente processo.

6.8. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA DETENTORA DA ATA

6.8.1. As obrigações da detentora da ata de registro de preços serão dispostas em item específico da minuta da ata de registro de preços do presente processo.

7. DO CONTRATO

7.1 PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL E PRORROGAÇÃO

7.1.1. O prazo de vigência do contrato será de 12(doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021, sem prejuízo do prazo de garantia do produto descrito no item 3.2 deste Termo de Referência.

7.2 PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO OU RETIRADA DO INSTRUMENTO EQUIVALENTE

7.2.1. O Detentor da Ata será convocada para a assinatura do contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

7.2.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

7.3. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

7.3.1. As obrigações da **Contratante** serão detalhadas na Minuta do Contrato anexa ao Edital da presente licitação

7.4. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.4.1. As obrigações da **CONTRATADA** serão detalhadas na Minuta do Contrato anexa ao Edital da presente licitação.

7.5 PREVISÃO E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL

7.5.1 A CONTRATADA prestará garantia de execução contratual, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, nos termos dos artigos 96 a 98 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.5.2. As demais disposições sobre o tema serão detalhadas na minuta do contrato, anexo do Edital do presente certame.

7.6. DA PERMISSÃO DA SUBCONTRATAÇÃO

7.6.1. É permitida a subcontratação de parcela do objeto do presente certame correspondente aos serviços de adaptações, grafismo e instalação de sistema de sinalização e acústica, tendo em vista que se trata de prestação acessória, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, e que não equivale à parcela de maior relevância técnica ou econômica do presente objeto.

7.6.2. Tal permissão se fundamenta na necessidade de garantir maior eficiência na execução do contrato, possibilitando que a contratada principal concentre seus recursos e esforços nas parcelas de maior relevância técnica e econômica do objeto, ao mesmo tempo em que se assegura a adequada execução das atividades acessórias por empresas ou profissionais especializados.

7.6.3. A subcontratação das parcelas referentes aos serviços de adaptações, grafismo e instalação de sistema de sinalização e acústica visa conferir maior agilidade e qualidade à execução contratual, uma vez que tais atividades demandam conhecimentos e técnicas específicas que podem ser desempenhadas com maior eficiência por prestadores com expertise técnica nesses segmentos.

7.8 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.8.1. As obrigações dos agentes responsáveis pela gestão e fiscalização da presente contratação estão detalhadas no Decreto Estadual nº 51.651/2021, bem como, serão dispostas na minuta do contrato, anexo ao Edital deste certame.

7.8.2. A comunicação entre a Contratante e a Contratada se dará por meio de e-mail, sem prejuízo de outros meios disponíveis.

7.8.3. A contratada deverá apresentar a Nota Fiscal ou fatura para atesto da Administração no seguinte endereço: Rua Treze de Maio, nº 266-388 – Santo Amaro – Recife/PE, Cep: 50100.160.

7.8.4. A Gestão da contratação ficará a cargo do Ten Cel QOPM DJAIR Vaz de Medeiros Filho, Comandante do RPMon - PMPE.

7.8.5. A Fiscalização da contratação ficará a cargo do Cap QOAPM Milton Cícero SEBASTIÃO Júnior, Chefe da 4ª Seção do RPMon - PMPE.

8. DOS CRITÉRIOS E PRAZOS PARA PAGAMENTO

8.1. As disposições sobre o tema serão detalhadas em cláusulas da minuta do contrato de fornecimento de bens comuns ou especiais, anexo do Edital do presente certame.

9. DAS SANÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS

9.1. SANÇÕES A SEREM APLICADAS NA FASE DE LICITAÇÃO

9.1.1. As disposições sobre sanções administrativas aplicáveis durante a licitação e aquelas praticadas no período situado entre a adjudicação e a assinatura da ata serão previstas no Edital do presente certame.

9.2. SANÇÕES A SEREM APLICADAS NA EXECUÇÃO DA ATA

9.2.1. As disposições sobre sanções administrativas aplicáveis em relação à detentora da ata de registro de preços estarão previstas na Minuta da Ata, anexo do Edital do presente certame.

9.3. DAS SANÇÕES A SEREM APLICADAS DURANTE A CONTRATAÇÃO

9.3.1. As penalidades relativas a infrações cometidas no curso da contratação serão devidamente consignadas na minuta do contrato, anexa ao Edital do presente certame.

ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA:

Anexo A – Modelo de ordem de fornecimento Anexo B – Modelo de proposta
Anexo C- ETP
Anexo D - Termo de Ciência do Gestor e Fiscal do Contrato (Aplicável nos casos de entrega imediata)
Anexo E- Quadro Resumo
Anexo F - Grafismo Anexo G - Croqui

Recife, 05 de dezembro de 2025.

MILTON CÍCERO **SEBASTIÃO** JÚNIOR - **CAP QOAPM**
Responsável pela elaboração do Termo de Referência

APROVA O PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA

DJAIR VAZ DE MEDEIROS FILHO - TEN CEL QOPM
Aprovo o presente Termo de Referência

Observação: Este termo de referência foi elaborado de acordo com os instrumentos padronizados da PGE: Edital de Fornecimento (Atualizado em 03/06/2025), Minuta do Contrato de Fornecimento (Atualizada em 21/01/2025) e Minuta da Ata de Registro de Preços (Atualizada em 12/06/2024).

DATA DE VERSÃO DO TR SAD 27/06/2025

ANEXO A
MINUTA DE ORDEM DE FORNECIMENTO

Referente à NOTA DE EMPENHO nº _____

OBJETO:

| Lotes | Código E-fisco | Descrição | MARCA | Unid | Valor unitário | Qtde | Valor Total |
|-------|----------------|-----------|-------|------|----------------|------|-------------|
| 1 | | | | | R\$ | | R\$ |
| 2 | | | | | R\$ | | R\$ |
| 3 | | | | | R\$ | | R\$ |
| 4 | | | | | R\$ | | R\$ |

VALOR:

PRAZO DE ENTREGA:

LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA:

SERVIDOR DESIGNADO PARA RECEBIMENTO:

Os bens deverão ser entregues em conformidade com as especificações técnicas e demais condições exigidas no Termo de Referência.

Integram este instrumento o Edital de Pregão Eletrônico n.º XXXXX e seus Anexos, bem como a Proposta apresentada na licitação, independentemente de transcrição.

Local, data.

Assinatura do servidor responsável.

ANEXO B

Modelo de Proposta

(em papel timbrado do licitante)

| TEM | CÓDIGO E-FISCO | DESCRIÇÃO | UNID. | QUANT. | DETALHAMENTO | VALOR UNITÁRIO DETALHADO | VALOR TOTAL P/QTD |
|----------------------|----------------|--|-------|--------|---|--------------------------|-------------------|
| | | CAMINHÃO | | | | | |
| | | (461971-4)-CAMINHAO - PARA TRANSPORTE DE SEMOVENTES, TIPO TOCO, CARROCERIA BAU EM MADEIRA, COMBUSTÍVEL DIESEL, TRANSMISSÃO MANUAL, CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DE 16.000 KG | Unid. | 4 | As especificações, conforme TR, item 3.1.5 | | |
| | | CARROCERIA | | | Confeccionada e instalada no veículo tipo caminhão, para o transporte de 10 equinos, fornecido pelo contratante, de acordo com as especificações do TR, item 3.1.6; | | |
| | | GRAFISMO | | | Layout padrão da PMPE, conforme modelo no Anexo F do TR para aprovação antes da plotagem da viatura. | | |
| | | SINALIZADOR | | | Realizado de acordo com a Seção III do RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 970, DE 20 DE JUNHO DE 2022 e com a garantia de aplicação do fabricante. | | |
| | | COMBUSTÍVEL | | | O veículo será entregue com tanque cheio. | | |
| TOTAL PARCIAL | | | | | | | |
| TOTAL GERAL | | | | | | | |

A validade da proposta será de, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data da sua apresentação, independente de declaração do licitante.

Data/Nome e assinatura do responsável

Recife/PE, 24 de janeiro de 2024.

ANEXO C
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP) AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS TIPO CAMINHÃO
TRANSANIMAL

Identificação do requisitante

Número SEI: 3900035851.000048/2024-57

Órgão/Entidade: Polícia Militar de Pernambuco Setor Requisitante do Órgão/Entidade: 4ª Seção

Responsável / Equipe de planejamento da demanda: Cap QOAPM Milton Cícero Sebastião Júnior Contato do responsável: Fone (81) 998260647

E-mail institucional: p4.rpmon@pm.pe.gov.br

1. PREÂMBULO

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem como objetivo analisar e fundamentar a necessidade de aquisição de **04 (QUATRO) CAMINHÕES TIPO TRANSANIMAL** para o Regimento de Polícia Montada Dias Cardoso da Polícia Militar de Pernambuco (PMPE), visando atender às demandas operacionais e logísticas relacionadas ao transporte de animais, especificamente cavalos, utilizados nas atividades de policiamento montado.

O estudo está alinhado às diretrizes legais e regulamentares vigentes, em especial à Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos) e ao Decreto Estadual nº 53.384/2022, que dispõe sobre as normas complementares para contratações no âmbito do Estado de Pernambuco.

Considerando a natureza específica do objeto em análise, o ETP abordará aspectos técnicos, operacionais e econômicos, garantindo a transparência e a eficiência no processo de aquisição.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A aquisição do presente objeto, caminhão transanimal, é necessária para a Polícia Militar de Pernambuco, mais especificamente ao Regimento de Polícia Montada, para ser utilizado em uma das atividades inerentes a esta instituição policial, qual seja: atender de maneira mais rápida e eficaz as demandas de Policiamento Montado, bem como as solicitações das unidades territoriais de área, garantindo sistemático recobrimento do policiamento ordinário lançado no terreno. Garantir o deslocamento eficiente da tropa montada na RMR e Interior do Estado para uma melhor atuação nos eventos de grande aglomeração de pessoas e em ações de controle de distúrbios civis.

Estas viaturas necessitam estar caracterizadas e equipadas com transceptor e sinalização visual e sonora, para que transite de maneira ostensiva, visto que são veículos operacionais o que permitirá o deslocamento rápido e seguro dos cavalos para áreas de operação, ampliando a capacidade de resposta da corporação. A sinalização ostensiva do veículo também contribui para a presença marcante da PMPE em eventos públicos e operações especiais, reforçando a imagem institucional e a sensação de segurança na população.

Busca-se a aquisição de veículos economicamente viáveis para a PMPE e que possam atender a contento as atividades pertinentes. Fatores relevantes como segurança, funcionalidade e economia nos custos com conservação, operação e manutenção são primordiais. A exigência da cabine em aço estampado é relevante visto que os caminhões já comprados pela PMPE têm suas cabines construídas em aço estampado, e a manutenção seria facilitada com a diversidade de fornecedores de peças depois do período de garantia, a pré-existência de ferramentas, materiais e mão de obra já disponível na Seção de Transportes - STRAN, considerando ainda, a pluralidade de fabricantes que atendem as especificações do objeto.

3. ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO/ENTIDADE

Conforme o art. 18, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021; art. 8º, inciso II, do Decreto Estadual nº 53.384/2022, existe o alinhamento entre a contratação e o planejamento no âmbito da PMPE, bem como a contratação está prevista Plano de Contratações Anual 2025 (PCA 2025).

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para a aquisição de veículos para uso de transporte de semoventes, é importante definir requisitos que atendam às necessidades de segurança pública e, ao mesmo tempo, incorporar critérios e práticas de sustentabilidade. Abaixo os requisitos necessários e suficientes para escolher a solução adequada:

4.1. Adequação às necessidades do transporte de equinos:

Os veículos devem ser adaptados especificamente para transporte de equinos, conforme Resolução do CONTRAN nº 791, de 18 de junho de 2020, garantindo a segurança dos animais e dos policiais que realizarão a condução do veículo.

4.2. Segurança Pública:

Os veículos devem ser projetados para garantir a segurança dos policiais e dos cidadãos durante o transporte da carga viva.

4.3. Mobilidade e Capacidade de Manobra:

Os veículos devem ser ágeis e capazes de se movimentar em áreas urbanas e rurais. Deve haver espaço suficiente para os animais e para que os policiais conduzam os veículos com conforto.

4.4. Sustentabilidade Ambiental:

Priorizar veículos com o menor potencial de emissor poluente, para minimizar a pegada de carbono. Implementar práticas de manutenção ecológicas para reduzir o impacto ambiental. Enquadrar a emissão de gases e poluentes do veículo devendo estar de acordo com os padrões mínimos exigidos pela atual legislação de proteção ambiental.

4.5. Treinamento e Capacitação:

Fornecer treinamento adequado aos policiais para garantir que estejam preparados para o transporte de animais vivos (equinos). Incluir programas de treinamento contínuo para manter o desempenho e a segurança.

4.6. Durabilidade e Manutenção:

Especificar requisitos de durabilidade para garantir que os veículos tenham uma vida útil adequada. Estabelecer planos de manutenção preventiva para prolongar a vida útil dos veículos.

4.7. Custo Operacional e Orçamento:

Avaliar os custos operacionais a longo prazo. Garantir que a aquisição esteja dentro do orçamento disponível.

4.8. Avaliação de Fornecedores:

Realizar uma avaliação rigorosa dos fornecedores, considerando sua experiência, histórico de qualidade e capacidade de atender aos requisitos estabelecidos.

4.9. Avaliação de Desempenho e Monitoramento:

Implementar um sistema de monitoramento para avaliar o desempenho dos veículos. Fazer ajustes conforme necessário para melhorar a eficácia e a eficiência. A escolha da solução deve ser baseada na análise cuidadosa desses requisitos, garantindo que atendam às necessidades de segurança pública no transporte de equinos para atender as demandas da atividade de policiamento montado ao mesmo tempo em que promovem critérios e práticas de sustentabilidade. Isso contribuirá para um policiamento eficaz e responsável.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

No processo de levantamento de mercado, foram identificadas diferentes alternativas para atender à necessidade de transporte de equinos do Regimento de Polícia Montada. As opções analisadas foram:

5.1. Locação de Veículos Transanimal

- **Aspecto técnico:** A locação não garante veículos novos, podendo implicar limitações quanto ao atendimento às normas técnicas específicas (Resolução CONTRAN nº 791/2020). Além disso, adaptações estruturais necessárias ao transporte seguro dos animais dificilmente são ofertadas em modelos locados.
- **Aspecto econômico:** Trata-se de solução de alto custo recorrente, que geraria despesa continuada sem formação de patrimônio para a Administração. A longo prazo, o valor gasto em locações supera o investimento na aquisição.
- **Conclusão:** Solução descartada por não atender plenamente aos critérios de economicidade e sustentabilidade do gasto público.

5.2. Adaptação da Frota Existente

- **Aspecto técnico:** Os veículos disponíveis atualmente não possuem dimensões, capacidade estrutural ou condições de instalação de rampas hidráulicas e divisórias adequadas para equinos, inviabilizando adaptações seguras.
- **Aspecto econômico:** Os custos de adaptação seriam elevados e, ainda assim, não garantiriam conformidade normativa. Além disso, resultariam em vida útil reduzida, com alto risco de falhas mecânicas.
- **Conclusão:** Alternativa tecnicamente inviável e economicamente desvantajosa.

5.3. Aquisição de Veículos Usados

- **Aspecto técnico:** Caminhões usados apresentam desgaste estrutural, maior propensão a falhas e menor confiabilidade no transporte de animais vivos. A incerteza sobre o histórico de uso compromete a segurança operacional.
- **Aspecto econômico:** Apesar do custo inicial inferior, o aumento dos gastos com manutenção corretiva e menor vida útil tornariam a opção onerosa a médio prazo.
- **Conclusão:** Alternativa de alto risco operacional e com baixa relação custo-benefício.

5.4. Aquisição de Veículos Novos (Solução Escolhida)

- **Aspecto técnico:** Caminhões novos, zero km, projetados e adaptados de fábrica para o transporte de equinos, garantem conformidade com normas técnicas da ABNT e Resoluções do CONTRAN. Atendem a requisitos de segurança, conforto animal, eficiência logística e padronização da frota da PMPE.
- **Aspecto econômico:** Embora o valor de aquisição seja elevado, o custo-benefício é comprovado pela durabilidade, redução de falhas mecânicas, menor necessidade de manutenção corretiva e maior tempo de vida útil. Adicionalmente, o investimento forma patrimônio para o Estado, evitando despesas permanentes com locação.
- **Conclusão:** É a solução mais eficiente, segura e vantajosa sob a ótica da economicidade, da efetividade e da sustentabilidade ambiental, considerando ainda o cumprimento do **princípio da vantajosidade** previsto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

5.5. Síntese da Análise

A análise comparativa evidencia que a **aquisição de veículos novos, zero km, tipo transanimal** representa a única alternativa capaz de conciliar:

- **Atendimento integral aos requisitos técnicos e normativos** (segurança viária, conforto animal, sustentabilidade ambiental);

- Maior durabilidade e confiabilidade operacional;
 - **Economicidade** em médio e longo prazo, reduzindo gastos com manutenção e evitando custos recorrentes de locação;
 - **Segurança jurídica** e alinhamento às melhores práticas de planejamento da contratação pública.
- Assim, a escolha pela aquisição de veículos novos é plenamente justificada sob os aspectos **técnico, econômico, ambiental e jurídico**, constituindo a solução mais adequada ao interesse público.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO FINAL DEFINIDA COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS AOS INSUMOS, À GARANTIA, À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA.

7.1. Das especificações do objeto, descrição do fornecimento e detalhamento

Além da descrição apresentada na tabela do item 5 deste ETP para a aquisição do objeto deve-se observar as seguintes características:

- a) Levar em consideração as normas técnicas elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT NBR9491:2015, NBR16231:2013, NBR16130:2012, quanto a requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança;
- b) Estar de acordo com a Resolução nº 791, de 18 de junho de 2020 referente às normas sobre o transporte de animais de produção, de interesse econômico, de esporte, de lazer ou de exposição.
- c) O emplacamento dos veículos junto ao Detran-PE ficará a cargo da contratada, ou seja, sem ônus para a contratante.

7.2. Caminhão

- a) Do ano de fabricação/modelo do ano de aquisição ou superior;
- b) Cor Branca;
- c) Cabine avançada, em estrutura de aço ou aço revestido com GFK, com painel de instrumentos convencionais, provido de tacógrafo digital para 7 dias;
- d) Movido a óleo diesel e embreagem mono disco a seco, revestimento orgânico, com acionamento hidráulico; transmissão tipo manual, mecânica, de no mínimo de 05 (cinco) velocidades a frente e 01 (uma) a ré; Tração 4x2; eixo traseiro motriz; eixo rígido em aço estampado;
- e) Com 02 portas, com grafismo atual da PMPE, layout fornecido pelo contratante;
- f) Possuir além de luzes estroboscópicas nos farol dianteiro e lanternas traseira;
- g) Capacidade do PBT homologado de no mínimo 16.000 KG, dimensão entre eixos mínima de 5.200 mm, motor com potência mínima de 240 CV;
- h) Torque mínimo de 90 MKGF; padrão Euro VI, com turbo e intercooler, sistema de injeção eletrônica common rail ou direta; número de cilindros mínimo de 04 (Quatro) em linha, direção assistida.
- i) Com freio de serviço a ar, S-CAM com tambor nas rodas dianteiras e traseiras; freio de estacionamento com câmaras de molas acumuladoras, com atuação nas rodas traseiras; tensão nominal de 24V;
- j) Possuir pneus originais, com as características técnicas do respectivo fabricante e respeitado o peso bruto por eixo ou conjunto de eixos, conforme estabelecido na Resolução CONTRAN nº 882, de 2021 e suas sucedâneas; ar-condicionado de fábrica, rodo calibrador;
- k) Possuir proteção lateral, conforme Resolução n.º 953 de 28 de março de 2022 – CONTRAN, em ambos os lados do caminhão;
- l) Possuir Grades de Proteção fixas de revestimento em arame nº 12 galvanizado nos faróis, lanternas e janelas laterais, e no para brisas com abertura no meio;
- m) Emplacamento com a placa oficial de Pernambuco e IPVA quitado;
- n) Garantia mínima de 24 meses com KM livre para a carroceria e trem de força, mantendo assistência

técnica em todo o Estado de Pernambuco no período prescrito no manual do fabricante;

a) O Caminhão deverá ser entregue com tanque cheio.

7.3. Carroceria

Deverá ser confeccionada e instalada no veículo tipo caminhão, para o transporte de, no mínimo, 10 equinos, fornecido pelo contratante, com as especificações abaixo:

- a) Possuir medidas internas 7,57m x 2,40m x 2,30m (comprimento, largura e altura), com teto fechado e inclinação para queda d'água;
- b) Composta de estrutura metálica de cantoneira em barras de ferro galvanizada – cantoneira U, em chapa 11 mm revestida com réguas de madeira de Lei – Madeira originária de Rouxinho, Ipê ou garapa medindo 15cm x 2,5cm;
- c) Deverá ser revestida, internamente, com madeira bloco naval com espessura de 40 mm e altura de 1,70 cm, fixado com conjunto parafusos/porca sextavado $\frac{1}{4}$, galvanizado, além de receber um segundo revestimento com chapa em alumínio antiderrapante, contendo mata-juntas entre as emendas das chapas, na sua parte superior e inferior, medidas 2x1, nº 50, com 1m de altura por 2m de largura;
- d) O piso da carroceria deverá ser confeccionado com réguas de madeira de lei - Madeira originária de Rouxinho, Ipê ou Garapa, medindo 15cm x 2,5cm e revestido com borracha antiderrapante plurigoma, densidade aproximada de 1,38 g/cm³, resistente a detergentes sulfonados, ácido acético e soda cáustica com espessura de 20 mm, fixado com cola e parafusos, possuindo ainda 10 ralos cilíndricos de 60MM de diâmetro, distribuídos equidistantemente no piso da carroceria, para fins de higienização e descarte de dejetos;
- e) Para propiciarmos ventilação no ambiente interno da carroceria, a partir de 1,85 m de altura, a contar do piso, a distância entre os lastros laterais, que medem 15 cm x 2,5 cm, deverá ser de 7 cm, seguindo assim até alcançar o teto;
- f) Deverá possuir 30 (trinta) argolas, fabricada em aço inox, fabricadas com varão de ferro de 5/8", tipo liso, com 10 cm de diâmetro. 20 (vinte) delas deverão ser fixadas na parte interna, na altura de 1,60 m, contados a partir do piso da carroceria, para a amarração dos cavalos quando embarcados, 10 (dez) na direita e 10 (dez) na esquerda, distribuídas equitativamente nas laterais. As outras 10 (dez) unidades, fixadas nas laterais externas, 5 (cinco) na esquerda e 5 (cinco) na direita, a uma altura de 20 cm, contados a partir do piso da carroceria, distribuídas equitativamente nas laterais, para amarração cavalos quando desembarcados;
- g) Deverá possuir um sistema de iluminação interna, fiação em "cabo PP", de 4 mm, com lâmpadas led de 12v, com no mínimo 08 pontos de lâmpadas, instaladas no teto da carroceria de forma, nas suas laterais, sendo 4 em cada lado, garantindo a perfeita iluminação do ambiente, durante a noite, além de possuir dois faróis externos, com acionamento por interruptor na cabine do motorista, protegidos por caixas metálicas, posicionados nas partes laterais externas do teto da carroceria, com o foco luminoso voltado para a rampa de acesso dos animais, quando aberta, de forma a facilitar o embarque e o desembarque dos solípedes;
- h) Possuir dois baús, medindo 100 cm x 70 cm x 70 cm (altura x largura x profundidade), com estrutura de tubo galvanizado, de 20 x 40 mm, revestido em chapa galvanizada 14mm. Os baús deverão ser posicionados abaixo da carroceria, um em cada lado;
- i) Possuir faixas refletivas na traseira, e nas laterais da carroceria, e o nome "CARGA VIVA", na parte traseira da carroceria (rampa), conforme prescreve o Código de Trânsito Brasileiro (CTB);
- j) Possuir 01 (uma) porta de emergência na lateral anterior direita da carroceria, com 60 cm de largura.
- k) Possuir uma Rampa Dividida em duas partes com dobradiças tipo tarugo de no mínimo 250MM em ambas as partes, a primeira medindo 2,40m x 2,50m, com apoio vertical dos dois lados, e no final da 1ª parte da rampa; a segunda parte medindo 2,40m x 1,20m, ambas com estrutura metálica; Na estrutura metálica será utilizada cantoneira U, galvanizada, de 4 polegadas, em chapa de 11 mm, revestida em madeira de Lei – Madeira originária de Rouxinho, Ipê ou Garapa, e piso em borracha antiderrapante plurigoma, de densidade aproximada de 1,38 g/cm³, resistente a detergentes sulfonados, ácido acético e soda cáustica, com espessura

de 20 mm, fixado com cola e parafusos, sob lastros 15 cm x 2,5 cm, fixos e paralelos, em madeira de Lei – Madeira originária de Rouxinho, Ipê ou Garapa, com distância de 40 cm, e ao final duas rodas de nylon, com no mínimo de 10 cm de diâmetro, e no mínimo 15 centímetros de largura posicionadas na parte inferior final, responsável pelo deslizamento da mesma, quando estiver sendo aberta ou fechada;

l) Deverá ser acionada através de kit hidráulico, instalado na parte traseira externa por baixo da carroceria, composto por uma moto- bomba de 12 v, pressão de trabalho 250 PSI, dois cilindros de 4”, de dupla ação e curso de haste de 450 mm, comando hidráulico de duas vias e uma seção, mangueiras lonadas de 350 PSI, chicote elétrico anti chama, seção 2,5 mm; sistema de engrenagem mecânico para elevação da rampa, com redutor de velocidade, com manivela e cabo de aço com mosquetão, com capacidade para suportar o peso das duas rampas;

m) Possuir 01 (uma) caixa d'água estrutura em fibra de vidro, sobre a carroceria, com capacidade para 100 litros;

n) Possuir 02 (duas) escadas externas laterais tubulares em ferro galvanizado;

o) A carroceria deverá possuir 9 (nove) divisórias, espaçadas de 75 cm entre elas, em madeira (bloco naval) com 3 cm de espessura, com estrutura metálica, com dobradiças reforçadas e abertura para as laterais, com 1,70 m de altura do piso ao final da carroceria.

7.4. Grafismo

A contratada deverá apresentar o Layout padrão da PMPE para aprovação, conforme modelo que será descrito no Termo de Referência antes da plotagem da viatura.

7.5. Sinalizador

Deverá ser realizado de acordo com a Seção III do RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 970, DE 20 DE JUNHO DE 2022 e com a garantia de aplicação do fabricante.

a) **SINALIZADOR VISUAL:** Possuir Sinalizador visual em “led” no teto da cabine, formato linear ou arco, montado em perfil de alumínio de alta resistência, com no mínimo 250 leds de iluminação de alto brilho, na cor vermelha, dotado de faróis de beco nas extremidades, mínimo de 21W de potência, módulo de controle eletrônico com capacidade de gerar cinco efeitos luminosos diferentes;

b) **SINALIZADOR ACÚSTICO, COMPOSTO POR:** Com Sirene eletrônica digital de 100 W RMS, com pelo menos cinco tons de sirene, potência sonora mínima de 120 dB.

7.6. Garantia do objeto

a) O prazo de garantia do objeto deverá ser de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses. A contratada deverá assegurar o mesmo prazo estipulado pelo fabricante, caso este seja superior ao prazo mínimo retrocitado.

b) A garantia destina-se a remover os defeitos de fabricação apresentados pelo objeto, além das substituições de peças, ajustes, reparos, e correções necessárias. Para todas as correções citadas neste item não haverá ônus à CONTRATANTE.

c) O veículo objeto desta licitação, bem como suas adaptações e equipamentos deverão contar com garantia total contra defeitos de fabricação e/ou adaptação, conferida pela licitante vencedora, pelo prazo estipulado pelo fabricante do caminhão, ou pelo prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) meses, a ser complementado pelo fornecedor, contados a partir do recebimento definitivo do objeto pela Administração.

d) Para fins de garantia, consideram-se adaptações todas as modificações realizadas pela contratada, que consistem na realização de serviços e/ou instalação de equipamentos e acessórios no veículo original da linha de montagem, com o objetivo de transformar o veículo original em viatura.

- e) O prazo da garantia do objeto deverá ser contado a partir da data do recebimento definitivo, independente da quilometragem percorrida, sendo cobertos todos os defeitos de fabricação, construção, transformação, adaptação e compartimentação do veículo e de todos os equipamentos instalados.
- f) O serviço de garantia do veículo deverá ser prestado em rede própria ou conveniada, por empresa especializada e homologada pelo fabricante, composta por oficinas autorizadas ou concessionárias, localizadas na Região Metropolitana do Recife para manutenção corretiva e preventiva, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas dos fabricantes, com a finalidade de manter o objeto em perfeitas condições de uso.
- g) Se durante o período de garantia qualquer defeito ocorrer, necessitando de troca parcial ou total ou a sua devolução ao fabricante, todo o processo deverá ocorrer sem custo adicional à contratante.
- h) Entende-se por manutenção corretiva, para os fins que se destina este ETP, aquela destinada a remover os defeitos de fabricação apresentados pelos veículos, compreendendo substituições de peças, ajustes, reparos e correções necessárias.
- i) No caso dos veículos substituídos, a garantia será contada a partir da nova data de entrega do veículo;
- j) A empresa contratada deverá atender aos chamados de serviços referentes à garantia do objeto, compreendendo reparos e substituições de peças, obrigando-se a colocar o objeto em perfeito estado de funcionamento, salvo situações de justificada e comprovada inviabilidade, que deverão ser analisadas pelo órgão contratante.
- k) Durante o período de garantia, a licitante vencedora estará obrigada a sanar os problemas surgidos no veículo e nas respectivas adaptações, desde que não sejam provenientes de mau uso ou desgaste natural, devendo restituir o veículo à unidade detentora, em condições normais de utilização, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da notificação do problema à empresa indicada para a prestação do serviço;
- l) Caso não seja possível a solução dos problemas verificados no veículo, nas adaptações e/ou equipamentos, a contratada deverá substituir o veículo defeituoso em até 30 (trinta) dias corridos por outro nas mesmas condições de fornecimento exigidas neste instrumento.
- m) Para efeito de garantia, o material deverá estar perfeitamente identificado com a referência (código) gravado na peça para posterior consulta, e com a gravação da marca do fabricante.
- n) A CONTRATADA deverá adotar todas as providências para substituição de peças defeituosas, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contadas a partir da data da notificação emitida pelo responsável designado pela CONTRATANTE, podendo o prazo ser prorrogado conforme o grau de dificuldade da peça defeituosa devidamente justificada pela CONTRATADA com aquiescência da CONTRATANTE. Em caso de não observância deste prazo ou do prazo prorrogado, poderá a CONTRATANTE tomar as providências que achar necessárias para reparo do veículo, a expensas da CONTRATADA, sem prejuízo dos direitos a que faça jus.

| tem | Atividade ou Serviço | Métrica | Meta |
|--|---|---|-----------------|
| Entrega de Equipamentos | | | |
| 1 | Realização, por parte da CONTRATADA, da entrega e dos equipamentos contratados no local indicado pelo CONTRATANTE. | Dias corridos Após a solicitação formal. | 150 dias |
| Treinamento | | | |
| 2 | Treinamento da equipe que utilizará o veículo. | Dias corridos a contar do recebimento provisório | 5 dias |
| Manutenção e Suporte Técnico dos Veículos | | | |
| 3 | Sanar os problemas surgidos no veículo e nas respectivas adaptações | Emissão da notificação pela empresa contratante. | 10 dias |

| | | | |
|---|---|---|----------------|
| 4 | Substituição de forma definitiva por um veículo novo, de primeiro uso, caso o equipamento original não possa ser recuperado. | Dias corridos após a abertura do chamado | 30 dias |
|---|---|---|----------------|

7.7. Especificações gerais

- O veículo deverá ser entregue com tanque cheio.
- O ano de fabricação e o modelo do veículo automotor discriminado no objeto deste ETP não deverá ser inferior ao ano anterior à entrega.
- O veículo deverá ser entregue sem uso prévio, salvo o da necessidade de deslocamento do local de fabricação até o local de entrega.

7.8. Do treinamento

- O treinamento será ministrado pela empresa contratada, sem custo para a contratante, durante o período de recebimento do objeto, e abordará os seguintes assuntos: instrução de uso, operação e manutenção básica da viatura e seus equipamentos. O treinamento será destinado a 10 (dez) servidores da Polícia Militar de Pernambuco, com conteúdo e carga horária compatível para atender às necessidades do órgão quanto à utilização, operação e manutenção do veículo.
- Em caso de haver fornecimento de veículos com modelos já operacionalizados pelo órgão, fica a empresa desobrigada de ministrar o treinamento previsto no item acima. O veículo deverá ser entregue sem uso prévio, salvo o da necessidade de deslocamento do local de fabricação até o local de entrega.

7.9. Assistência técnica do veículo e das adaptações

Durante o período de garantia, a assistência técnica dos veículos e respectivas adaptações, deverá ser prestada em rede própria ou conveniada, composta por oficinas autorizadas ou concessionárias, ou em oficinas especializadas, homologadas pela contratada para tal finalidade, localizadas na Região conforme tabela abaixo:

| LOCALIZAÇÃO DAS OFICINAS AUTORIZADAS E/OU CONCESSIONÁRIAS |
|---|
| Região Metropolitana do Recife |

- A contratada deverá fornecer, juntamente com o veículo e seus acessórios, manuais, certificados/livreto de assistência técnica, catálogo indicando as empresas credenciadas para realização dos eventuais reparos e plano de manutenção para os limites de quilometragem rodada (quando aplicável)
- Todos os documentos acima mencionados deverão ser fornecidos em língua portuguesa, individualizado para cada veículo, de forma a manter atendimento dos mesmos em rede autorizada;
- O “MANUAL DE INSTRUÇÕES” será fixado em local visível e seguro contendo:
 - Orientação para manutenção preventiva e corretiva do veículo;
 - Regulagem, manutenção e limpeza;
 - Desenhos esquemáticos;
 - Procedimentos para acionamento da garantia e/ou assistência técnica;
 - Relação de oficinas de assistência técnica autorizadas no Estado;

- vi. Certificado de garantia preenchido contendo data de emissão e o número da Nota Fiscal, instruções para acionamento da assistência técnica e seus endereços no Estado para caminhões;
 - vii. Certificado de uso do gás refrigerante não prejudicial à camada de ozônio, de acordo com a Lei da Política Nacional de Meio Ambiente nº 6.938/81, gerenciada pelo IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente).
- d) A CONTRATADA deverá garantir o fornecimento e reposição de peças, materiais e equipamentos que compõem o veículo e suas adaptações, pelo período ininterrupto de 24 (vinte e quatro) meses, já incluso o período normal da garantia, contados a partir do recebimento definitivo dos veículos;
- e) A CONTRATADA deverá apresentar relação da rede de assistência técnica no território nacional, devendo estar apta a fornecer peças de reposição no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da solicitação. Para prazo de reposição de peças superior, o proponente deverá apresentar a devida justificativa para análise e posterior deliberação do setor competente, não devendo este prazo exceder 30 (trinta) dias úteis. O veículo deverá conter todos os acessórios de identificação, segurança e sinalização de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997) e Resolução do Contran nº 791 de julho de 2020.
- f) A Empresa contratada deverá fornecer juntamente com o objeto licitado, TERMO DE GARANTIA do veículo e da carroceria de forma a manter atendimento em rede autorizada, pelo prazo estipulado pelo fabricante do caminhão, ou pelo prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) meses.
- g) O serviço de ASSISTÊNCIA TÉCNICA deverá ser prestado em empresas especializadas e homologadas pela fabricante, localizadas na Região Metropolitana do Recife (RMR), de acordo com os manuais e normas técnicas específicas dos fabricantes, com a finalidade de manter o objeto em perfeitas condições de uso, sendo todas as despesas relativas à garantia, por conta da fornecedora. Durante o prazo de garantia, em casos específicos e devidamente deferidos pela Secretaria de Defesa Social, quando não for possível prestar a assistência técnica na RMR, a empresa fornecedora deverá arcar com os custos de transporte do objeto para o local onde será prestada a assistência técnica, devendo executar em prazo razoável e proporcional a manutenção requerida.
- h) A empresa contratada deverá atender aos chamados de serviços de assistência técnica ao objeto, compreendendo reparos e substituições de peças, com defeito de fábrica, obrigando-se a colocar o objeto em perfeito estado de funcionamento, no prazo máximo de 72 horas corridas, contado a partir da solicitação efetuada.

8. JUSTIFICATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

O quantitativo de **04 (quatro) caminhões transanimal** foi definido a partir de estudo técnico-operacional do Regimento de Polícia Montada “Dias Cardoso” (RPMon), considerando a demanda histórica e projetada de transporte de equinos para missões de policiamento ostensivo.

8.1. Eventos de grande público na Região Metropolitana do Recife (RMR): O RPMon emprega, em média, **30 cavalos por operação** em jogos de futebol de grande porte na capital pernambucana, bem como em eventos culturais de massa, a exemplo do **Galo da Madrugada, Virgens de Olinda e Irresponsáveis de Água Fria**, que concentram centenas de milhares de pessoas. Cada caminhão transanimal possui capacidade para o transporte de aproximadamente **10 equinos**, o que demanda **ao menos três veículos simultaneamente** para atender apenas a estas operações.

8.2. Eventos simultâneos e sobreposição de missões: Além das operações em Recife e Olinda, outras demandas ocorrem em paralelo, como festas regionais, manifestações populares e ações de controle de distúrbios. A disponibilidade de quatro caminhões assegura flexibilidade operacional, permitindo o emprego simultâneo em diferentes localidades sem comprometer a logística do RPMon.

8.3. Atuação no Interior do Estado: O policiamento montado também possui **pelotões destacados em Garanhuns, Caruaru e Gravatá**, que necessitam de deslocamento de animais para reforço em grandes

eventos, como o **São João de Caruaru**, festivais culturais e vaquejadas. A alocação de pelo menos **um caminhão no interior** é essencial para garantir resposta ágil às demandas dessas regiões, sem depender exclusivamente da frota sediada na capital.

8.4. Reserva técnica e manutenção preventiva: A frota de 04 caminhões possibilita que um veículo seja mantido em **manutenção preventiva ou corretiva** sem comprometer a operacionalidade das missões. Essa previsão reduz riscos de indisponibilidade e assegura a continuidade do serviço público.

8.5. Racionalidade econômica: A aquisição de quatro veículos novos e padronizados permite a **otimização dos custos de manutenção**, em razão da unificação de peças, ferramental e capacitação técnica já existente na Seção de Transportes da PMPE (STRAN). Além disso, reduz gastos indiretos com adaptações improvisadas e locações eventuais.

Dessa forma, a estimativa de **04 caminhões transanimal** atende ao princípio da economicidade e garante o equilíbrio entre **capacidade operacional, cobertura territorial e eficiência logística**, resultando em maior prontidão e efetividade das ações do policiamento montado em todo o Estado de Pernambuco.

| ITEM ÚNICO | | | | | |
|-----------------------|----------|---|-------------------------|------------|--------------------------------|
| ITEM | E-FISCO | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE DE FORNECIMENTO | QUANTIDADE | PREÇO MÁXIMO UNITÁRIO ESTIMADO |
| 01 | 461971-4 | CAMINHAO - PARA TRANSPORTE DE SEMOVENTES, TIPO TOCO, CARROCERIA BAU EM MADEIRA, COMBUSTÍVEL DIESEL, TRANSMISSÃO MANUAL, CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DE 16.000 KG | UND | 4 | R\$ 963.955,7133 |
| TOTAL GLOBAL ESTIMADO | | | | | R\$ 3.855.822,8533 |

9. MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ESTIMATIVA DE VALORES

Para definição do valor estimado da contratação, foi realizada pesquisa de preços junto a fornecedores de veículos pesados com configuração transanimal, conforme tabela abaixo:

| Fornecedor | Valor Unitário Cotado (R\$) | Data da Cotação | Fonte da Pesquisa |
|--|-----------------------------|-----------------|--------------------------|
| MANUPA COMERCIO EXPORTACAO IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS E VEICULOS ADAPTADOS LTDA CNPJ.: 03.093.776/0007-87 | R\$ 1.068.200,00 | 06/05/2025 | PREGÃO ELETRÔNICO - PMRN |
| DVA- VEICULOS LTDA CNPJ.: 82.516.949/0001-0 | R\$ 916.667,14 | 19/05/2025 | PREGÃO ELETRÔNICO - PMSC |
| COVEZI CAMINHOS E ONIBUS LTDA CNPJ.: 35963155000108 | R\$ 907.000,00 | 04/07/2025 | PNCP |

Média obtida: R\$ 963.955,7133 (valor estimado unitário).

Total global estimado (04 unidades): R\$ 3.855.822,8533

Este valor servirá como parâmetro máximo para a licitação, atendendo ao disposto no art. 8º, VII, do Decreto nº 53.384/2022.

10. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o art. 40, inciso V, alínea “b”, combinado com o §2º do mesmo artigo da Lei nº 14.133/2021, a regra geral nas licitações públicas é o parcelamento do objeto, desde que tecnicamente viável, economicamente vantajoso e sem prejuízo da economia de escala.

No presente caso, o parcelamento por item(s) foi adotado com o objetivo de permitir a participação de um maior número de fornecedores, em conformidade com o princípio da ampla concorrência. A estruturação da licitação dessa forma é tecnicamente justificada e busca fomentar a competitividade, especialmente entre microempresas e empresas de pequeno porte, conforme disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

A licitação contempla a aquisição de veículos tipo caminhão transanimal, os quais foram dispostos por item(s), visando garantir a economicidade e a ampla disputa entre interessados. A organização do objeto por itens permite o melhor aproveitamento das condições de mercado e a obtenção de propostas mais vantajosas, sem comprometer a padronização ou a economia de escala.

Dessa forma, conclui-se que a modelagem adotada para esta contratação é tecnicamente adequada, economicamente viável e juridicamente válida, promovendo a máxima vantajosidade para a Administração Pública e respeitando os princípios da legalidade, eficiência e isonomia.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes que impactem técnica ou economicamente a solução apresentada para a aquisição dos caminhões transanimal. O objeto é autônomo e atende exclusivamente à necessidade do transporte especializado de equinos do Regimento de Polícia Montada.

12. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE EFETIVIDADE, ECONOMICIDADE, MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS E DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL

A aquisição de caminhões tipo transanimal tem como objetivo garantir a mobilidade, segurança e bem-estar dos animais utilizados nas operações do Regimento de Polícia Montada (RPMon) da PMPE. Espera-se alcançar os seguintes resultados:

12.1. Efetividade: Os caminhões permitirão o transporte seguro e eficiente de solípedes para áreas urbanas e rurais, contribuindo com a operacionalidade da tropa montada, especialmente em eventos com grande concentração de pessoas e ações de controle de distúrbios civis. O uso de veículos próprios e adaptados aumenta a capacidade de resposta da unidade, reduz deslocamentos improvisados e aprimora a logística da corporação.

12.2. Economicidade: A aquisição direta de veículos adequadamente configurados para o transporte de animais vivos gera economia ao evitar adaptações posteriores. O investimento também visa reduzir gastos operacionais com manutenção corretiva e minimizar custos indiretos com veículos inadequados. Além disso, a eficiência no consumo de combustível e a durabilidade dos veículos impactam positivamente no custo-benefício da contratação.

12.3. Aproveitamento de Recursos: O uso de veículos específicos para transporte de solípedes racionaliza o emprego da tropa montada, otimizando os deslocamentos e atendimentos emergenciais. A padronização da frota facilita a manutenção preventiva, o treinamento dos condutores e a gestão operacional dos veículos.

A capacitação dos policiais militares na condução e no uso adequado dos caminhões será fundamental para o pleno aproveitamento do investimento.

12.4. Desenvolvimento Nacional Sustentável: A especificação dos veículos contempla tecnologias de controle de emissões e o uso de materiais e componentes com menor impacto ambiental, em conformidade com os requisitos do PROCONVE. Isso reforça o compromisso da PMPE com práticas ambientalmente responsáveis e alinhadas às políticas públicas de sustentabilidade.

A efetivação da contratação foi precedida de estudos técnicos e de mercado, considerando variáveis operacionais, logísticas e financeiras. O monitoramento contínuo do desempenho dos caminhões permitirá ajustes operacionais, garantindo que os objetivos de eficiência, economia e sustentabilidade sejam efetivamente alcançados.

13. PROVIDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS PRÉVIAS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

As providências administrativas necessárias previamente à celebração do contrato, como a capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual, bem como eventuais adequações estruturais, ficarão sob responsabilidade da Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco. Caberá a esta pasta garantir que os servidores responsáveis estejam devidamente habilitados e que as condições organizacionais estejam adequadas para o correto acompanhamento e execução contratual.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS PREVENTIVAS OU CORRETIVAS

14.1 Impactos Ambientais Potenciais:

A aquisição de veículos tipo caminhão transanimal pode gerar impactos ambientais relacionados ao consumo de combustíveis fósseis, emissão de poluentes atmosféricos e ruídos provenientes da operação dos motores, contribuindo para a poluição sonora.

14.2 Medidas Preventivas e Corretivas:

Para mitigar esses impactos, adotar-se-ão as seguintes medidas:

- a) Seleção de caminhões com tecnologia de baixa emissão de poluentes, em conformidade com os padrões do PROCONVE;
- b) Execução de programas de manutenção preventiva periódica, com vistas a otimizar o consumo de combustível e garantir eficiência energética;
- c) Implementação de logística reversa para a destinação adequada e sustentável de componentes e materiais ao final da vida útil do veículo;
- d) Coleta, armazenagem e destinação correta de resíduos perigosos, como óleos lubrificantes usados, filtros, baterias e outros insumos, conforme as normas ambientais vigentes.

Essas práticas refletem o compromisso da Polícia Militar de Pernambuco com a responsabilidade ambiental e com o desenvolvimento sustentável.

15. ANÁLISE DE RISCOS

Durante a elaboração deste ETP foram identificados riscos que podem comprometer a execução da contratação:

| Risco Identificado | Impacto Potencial | Probabilidade | Estratégia de Mitigação |
|--|---|---------------|--|
| Atraso na entrega dos veículos | Prejuízo às operações do RPMon | Médio | Cláusulas contratuais específicas, aplicação de penalidades e acompanhamento rigoroso da execução contratual |
| Restrição de fornecedores | Redução da competitividade da licitação | Médio | Definição de especificações técnicas suficientes, mas não restritivas, assegurando ampla concorrência |
| Aumento inesperado de preços | Impacto orçamentário e risco de fracasso do certame | Médio | Ampla pesquisa de preços, possibilidade de adesão a registro de preços e negociação em disputa competitiva |
| Manutenção inadequada pela contratada | Redução da vida útil dos veículos | Alto | Exigência de garantia mínima de 24 meses e de rede de assistência técnica autorizada em Pernambuco |
| Riscos ambientais (resíduos, emissões) | Comprometimento da sustentabilidade da contratação | Baixo | Veículos Euro VI, manutenção preventiva e descarte ambientalmente adequado de insumos |

A análise confirma que os riscos são gerenciáveis e não inviabilizam a contratação.

16. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Conclui-se que a aquisição de 04 (quatro) Caminhões do tipo transanimal para transporte de solípedes pelo Regimento de Polícia Montada é **viável, razoável e plenamente adequada** para atender às necessidades operacionais da unidade. A contratação representa uma medida estratégica que trará ganhos expressivos em termos de segurança no transporte animal, eficiência logística, redução de custos com improvisações e melhoria da prontidão operacional da tropa montada.

Além disso, a solução proposta observa critérios de sustentabilidade, padronização de frota e racionalidade no uso de recursos públicos, alinhando-se aos objetivos institucionais da Polícia Militar de Pernambuco e às diretrizes de modernização e eficiência na administração pública.

Recife, 29 de dezembro de 2025

MILTON CÍCERO SEBASTIÃO JÚNIOR - CAP QOAPM
Chefe da 4ª Seção do RPMon

ANEXO D

Termo de Ciência do Gestor e Fiscal do Contrato

(O Termo de Ciência visa a obter o comprometimento formal e a ciência do encargo por parte daqueles indivíduos designados para atuar como fiscal ou gestor do contrato, conforme Art. 17, III, do Decreto Estadual nº 51.651/2021)

ORDEM DE FORNECIMENTO/ NOTA DE EMPENHO Nº: __/202__

OBJETO: _____

CONTRATADA: _____ CNPJ: _____

GESTOR DA CONTRATAÇÃO OU FISCAL DA CONTRATAÇÃO: _____

MATRÍCULA: _____

EU, _____, matrícula _____, ocupante do cargo _____, pelo presente termo, DECLARO QUE: Estou ciente da minha designação para atuar como gestor/fiscal (indicar conforme o caso); Estou ciente de que minha substituição poderá ser realizada pela autoridade competente, por razões de conveniência ou interesse público.

Recife, ____ de _____ de ____.

ASSINATURA DO FISCAL/GESTOR

ANEXO E

Quadro Resumo

| LOTE ÚNICO | | | | | | |
|-----------------------|----------|--------|---|-------------------------|------------|--------------------------------|
| ITEM | E-FISCO | CATMAT | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE DE FORNECIMENTO | QUANTIDADE | PREÇO MÁXIMO UNITÁRIO ESTIMADO |
| 01 | 461971-4 | 601956 | CAMINHAO - PARA TRANSPORTE DE SEMOVENTES, TIPO TOCO, CARROCERIA BAU EM MADEIRA, COMBUSTIVEL DIESEL, TRANSMISSAO MANUAL, CAPACIDADE DE CARGA MINIMA DE 16.000 KG | UND | 4 | R\$ 916.667,14 |
| TOTAL GLOBAL ESTIMADO | | | | | | R\$ 3.666.668,56 |

ANEXO F
Grafismo

MANUAL DE IDENTIDADE VISUAL

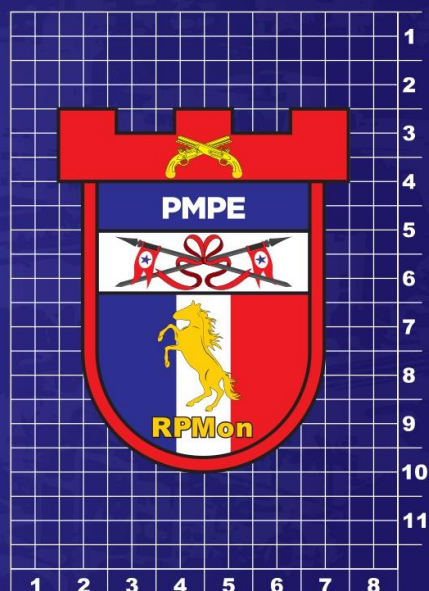
REGIMENTO DE POLÍCIA MONTADA

Detalhes técnicos idênticos aos distintivos operacionais.

Escudo peninsular português com bordadura em Goles^{*} e Debrum Sable^{*}, com coroa mural de três torres em Goles^{*}, representando força, ordem e segurança, a torre central ostenta as garruchas cruzadas em Jalde^{*} símbolo das polícias militares. No campo superior com chefe diminuto em Blau^{*}, contendo a paleografia PMPE (Polícia Militar de Pernambuco) em Prata^{*}. O campo brasonário terciado em faixas cortado por dois, sendo o chefe em Prata^{*}. No coração as lanças Sable^{*} cruzadas, unidas por um laço em Goles^{*} e ostentando bandeirolas, símbolo da cavalaria. O contrachefe terciado em três partições o cantão dextro em Blau^{*} que representa lealdade e justiça, o cantão sinistro em Goles^{*}, que simboliza o poder e a energia. E ao centro ou nombril em Prata^{*}, simbolizando a paz, sobreposto um cavalo rampante a sinistra em Jalde^{*} símbolo de perseverança e coragem. Na margem inferior sob o cavalo rampante a paleografia RPMon (Regimento de Polícia Montada) em Jalde^{*}.

Goles = vermelho; Sable = preta;
Jalde = amarelo ou ouro;
Prata = branco;
Blau = azul.

RPMon



MANUAL DE IDENTIDADE VISUAL

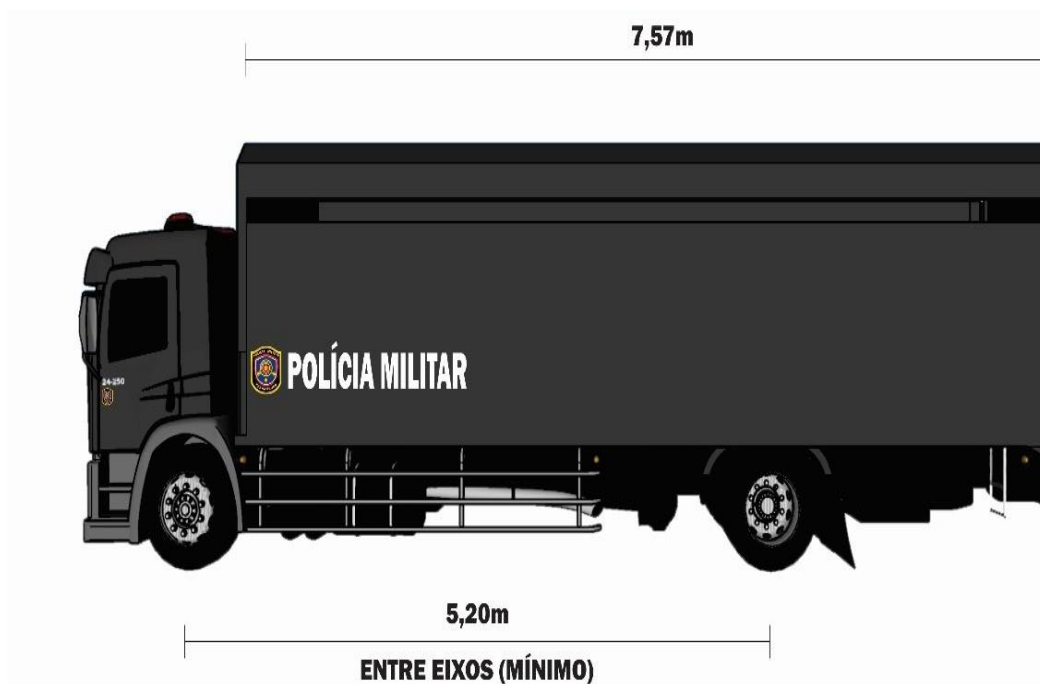
VIATURA - BPChoque / RPMon / CIPCães



CMYK ■ 0; 0; 0; 90 ■ 0; 0; 0; 40 ■ CINZA REFLETIVO **CAMUFLADO** ■ 0; 0; 0; 92 ■ 0; 0; 0; 93 ■ 0; 0; 0; 94 ■ 0; 0; 0; 95

ANEXO G

Croqui



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4993.2025.AC 30.PE.90776.SAD.PMPE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90776.2025

SEI Nº 3900035851.000048/2024-57

ANEXO II DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ SSP/_____ e CPF nº _____, sob as penas da lei e para os fins dispostos neste Edital:

DECLARA que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

DECLARA que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

DECLARA que não possui em seu quadro societário ou de pessoal agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, nos termos do art. 9º, §1º da Lei 14.133/2021;

DECLARA que não incorre em qualquer uma das vedações impostas no art. 14 da Lei 14.133/2021 aplicáveis ao objeto da presente licitação.

DECLARA que atende às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Recife, XX de XXXX de XXXX

REPRESENTANTE DA EMPRESA

CNPJ XXX

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4993.2025.AC 30.PE.90776.SAD.PMPE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90776.2025

SEI Nº 3900035851.000048/2024-57

ANEXO III MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **ESTADO DE PERNAMBUCO**, por intermédio da **POLÍCIA MILITAR DE PERNAMBUCO - PMPE**, doravante denominada **GERENCIADOR**, com sede em XXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXX, neste ato representada pelo(a) XXX (nome e cargo), portador da matrícula funcional nº XXXXX, no uso da competência conferida pelo _____, nos termos do que dispõem a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e os Decretos Estaduais nº 54.142/2022 e nº 54.700/2023, face ao resultado obtido no **Pregão Eletrônico nº 90776**, homologado através do Ato XXXX, resolve formalizar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, com a(s) empresa(s) **XXX**, doravante denominada(s) **DETENTORA(S) DA ATA**, CNPJ nº XXX, com sede em XXX, neste ato, representada por XXX, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata de Registro de Preços tem como objeto a aquisição eventual de **CAMINHÕES DE TRANSPORTE DE SOLÍPEDES**, conforme as especificações técnicas constantes do Termo de Referência (Anexo I do Edital) e da proposta da **DETENTORA DA ATA**, para atender às demandas dos órgãos participantes indicados no item 2 desta Ata de Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga os órgãos participantes a firmar contratações com a **DETENTORA DA ATA** ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhes facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurada à **DETENTORA DA ATA** a preferência em igualdades de condições.

2. DOS PARTICIPANTES E DAS QUANTIDADES REGISTRADAS

2.1. Figuram como **PARTICIPANTES** da presente Ata de Registro de Preços a **POLÍCIA MILITAR DE PERNAMBUCO** e a **DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SDS**, com os quantitativos estimados no Termo de Referência.

2.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos ou no valor máximo da despesa estabelecidos nesta Ata.

3. DO PREÇO

3.1. A **DETENTORA DA ATA** se compromete a fornecer o(s) item(ns) registrados, de acordo com os seguintes preços:

| ITEM XXXX | | | | | | |
|--------------------------|------------------|--------------------|-------------------------|------------|----------------|-------------|
| ITEM | CÓDIGO DO EFISCO | DESCRIÇÃO DO ITEM | UNIDADE DE FORNECIMENTO | QUANTIDADE | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
| XX | XX | XXXXXXXXXXXXXXXXXX | XXXXXXXXXXXXXXXXXX | XXX | XXXXXXXXXXXX | XXXXXXXXXX |
| XX | XX | XXXXXXXXXXXXXXXXXX | XXXXXXXXXXXXXXXXXX | XXX | XXXXXXXXXXXX | XXXXXXXXXX |
| XX | XX | XXXXXXXXXXXXXXXXXX | XXXXXXXXXXXXXXXXXX | XXX | XXXXXXXXXXXX | XXXXXXXXXX |
| VALOR TOTAL DO ITEM/LOTE | | | | | | XXXXXXXXXX |

3.2. Os preços registrados abrangerão os custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo tributos, encargos trabalhistas e comerciais, seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas correlatas.

4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DA PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência da Ata será de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, facultada a renovação dos quantitativos previstos, inclusive para fins de adesão por não participantes, desde que seja comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

4.2. A prorrogação fica condicionada à comprovação da vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de preço a ser realizada com a utilização dos parâmetros estabelecidos no art. 5º da Portaria SAD nº 2.679, de 29.09.2021.

5. DO REAJUSTE

5.1. O preço registrado nesta Ata apenas poderá ser reajustado após decorrido 1 (um) ano da data de elaboração do orçamento estimado da licitação, ocorrida em **09/09/2025**, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao

Consumidor Amplo – IPCA, fornecido pelo IBGE, nos termos da Lei Estadual nº 17.555, de 22 de dezembro de 2021, e do Decreto nº 52.153, de 17 de janeiro de 2022.

5.2. A **DETENTORA DA ATA** deverá apresentar o pedido formal de reajuste ao **GERENCIADOR** durante a vigência da Ata e antes da data de eventual formalização da prorrogação do seu prazo de vigência, sob pena de preclusão do direito ao reajustamento.

5.3. O pedido de reajuste deverá ser analisado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e será formalizado mediante termo aditivo.

5.4. Aplicado o reajuste na Ata, os contratos formalizados posteriormente à sua concessão já serão firmados com o preço reajustado.

6. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fatos imprevisíveis ou previsíveis de efeitos incalculáveis, e for inviável a manutenção da Ata nas condições originalmente pactuadas, o **GERENCIADOR** convocará a **DETENTORA DA ATA** para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. A recusa da **DETENTORA DA ATA** em reduzir seus preços na forma prevista no item 6.1. implicará o cancelamento parcial ou integral do registro de preços e a liberação da **DETENTORA DA ATA**, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.2. Quando o preço registrado se tornar superior em virtude da criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, com comprovada repercussão sobre a Ata, o **GERENCIADOR** convocará a **DETENTORA** para proceder à redução dos preços de acordo com os novos encargos.

6.2.1. A recusa da **DETENTORA DA ATA** em reduzir seus preços na forma prevista no item 6.2 implicará o cancelamento parcial ou integral do registro de preços, com aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e nesta Ata.

6.3. Quando o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado, é facultado à **DETENTORA DA ATA** requerer a revisão dos valores, desde que atendidos os seguintes requisitos:

a) Comprovação do motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, fato da Administração ou fato imprevisível ou previsível de efeitos incalculáveis;

b) Demonstração, por meio da apresentação de planilha de custos ou memória de cálculo, quando couber, acompanhada de documentação comprobatória correlata, de que os preços registrados estão desatualizados e se tornaram inviáveis.

6.3.1. O **GERENCIADOR** decidirá sobre o pedido de revisão no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de conclusão da instrução do requerimento.

6.3.2. Durante o período de análise do pedido, o **GERENCIADOR**, mediante solicitação da **DETENTORA DA ATA**, poderá suspender as novas autorizações de consumo/adesão à Ata de Registro de Preços.

6.3.3. Indeferido o pedido de revisão, por ausência de prova efetiva dos requisitos previstos no item 6.3, a **DETENTORA DA ATA** fica obrigada a manter os compromissos assumidos pelos preços originalmente registrados, sob pena de cancelamento do registro de preços e aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e nesta Ata.

6.3.4. Comprovada a desatualização dos preços registrados, a Ata poderá ser revisada e, caso a **DETENTORA DA ATA** não aceite os novos preços indicados, o Registro de Preços será, parcial ou integralmente, cancelado e a **DETENTORA DA ATA** liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.4. O registro de preços também poderá ser revisado se a **DETENTORA DA ATA** formular proposta superveniente para redução dos preços registrados.

6.5. Qualquer revisão nos preços registrados deve ser formalizada mediante termo aditivo e requer a apresentação de nova proposta de preço e/ou nova planilha de custos e formação de preço, conforme o caso, seguindo o modelo constante do edital.

6.6. A revisão dos preços registrados em Ata será aplicada automaticamente aos contratos formalizados posteriormente à sua implantação.

7. DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

7.1. A **DETENTORA DA ATA** está obrigada a celebrar as contratações que dela poderão advir, observadas as condições estabelecidas no Edital, em seus anexos e nesta Ata.

7.2. As contratações decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas mediante a assinatura de termo de contrato, conforme modelo constante do Anexo IV do Edital, respeitado o prazo de vigência da Ata.

7.3. A **DETENTORA DA ATA** será convocada para assinatura do termo de contrato no prazo de **5 (cinco)** dias úteis a contar da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

7.4. O prazo para assinatura do termo de contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da **DETENTORA DA ATA** antes do decurso do prazo assinalado e desde que ocorra motivo justo, aceito pela Administração.

7.5. O não comparecimento ou a recusa injustificada da **DETENTORA DA ATA** em assinar o contrato ou retirar a ordem de fornecimento no prazo assinalado enseja o cancelamento do registro de preços e a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

7.5.1. A instauração do processo de apuração e de aplicação de penalidades compete ao órgão ou entidade interessada na contratação.

7.6. Por ocasião da convocação para assinatura do contrato ou para retirada da ordem de fornecimento, o órgão ou entidade interessada na contratação deverá consultar a regularidade da **DETENTORA DA ATA** perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) e verificar a validade dos documentos de habitação fiscal, social e trabalhista apresentados na licitação, por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, certificando nos autos a regularidade e anexando os documentos obtidos.

7.6.1. Se não for possível atualizar os documentos por meio eletrônico, a **DETENTORA DA ATA** será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair do direito à contratação e haver o cancelamento do registro de preços.

7.7. Nas hipóteses do item 7.5 e 7.6, o **GERENCIADOR** poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, se houver, ou os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura de nova Ata, observado o disposto no art. 90, §§ 2º e 4º da Lei 14.133, de 2021.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA

8.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** deverá:

8.1.1. Assinar, gerenciar e fiscalizar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Divulgar a Ata e suas eventuais alterações, durante toda a sua vigência, no Sistema PE Integrado e no Portal Nacional de Contratações Públicas;

8.1.3. Autorizar e gerenciar pedidos de consumo dos órgãos participantes;

8.1.4. Observar os quantitativos e limites estabelecidos para os órgãos participantes;

8.1.5. Remanejar os quantitativos da Ata, quando cabível;

- 8.1.6.** Analisar pedidos de reajuste e revisão dos preços registrados, conduzindo as renegociações necessárias;
- 8.1.7.** Instaurar processo de apuração e aplicação de penalidade, garantida a ampla defesa e o contraditório, em caso de cometimento de ilícitos decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- 8.1.8.** Formalizar a prorrogação do prazo de vigência da Ata, quando cabível;
- 8.1.9.** Convocar os integrantes do Cadastro de Reserva, se houver, em caso de cancelamento parcial ou integral do registro de preços;

9. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA

9.1. A **DETENTORA DA ATA** obriga-se a:

- 9.1.1.** Manter o preço registrado e demais condições previstas durante todo o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços;
- 9.1.2.** Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e de eventuais contratações decorrentes, as condições de habilitação exigidas para participação na licitação, inclusive sua inscrição no CADFOR-PE;
- 9.1.3.** Assinar os contratos ou retirar as ordens de fornecimento decorrentes desta Ata da Registro de Preços no prazo assinalado.
- 9.1.4.** Prestar as informações solicitadas pelo **GERENCIADOR**, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação.
- 9.1.5.** Designar preposto para representá-la perante o **GERENCIADOR**, sempre que for necessário.

10. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

- 10.1.** A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado dos procedimentos iniciais da licitação para o registro de preços, doravante denominado **NÃO PARTICIPANTE**, mediante anuência do GERENCIADOR, atendidas as condições previstas no art. 86, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 10.2.** Cada órgão ou entidade **NÃO PARTICIPANTE** poderá aderir a até 50% (cinquenta por cento) do quantitativo dos itens registrados na Ata de Registro de Preços.

10.3. A soma de todas as adesões por **NÃO PARTICIPANTES** não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.4. A adesão do **NÃO PARTICIPANTE** requer anuência do **GERENCIADOR** e da **DETENTORA DA ATA** e será autorizada desde que não haja prejuízo para as obrigações decorrentes desta Ata.

10.5. A adesão deverá seguir as condições previstas no Edital e seus anexos, sendo efetivada na forma prevista no item 7.2, em até 90 (noventa) dias a contar da autorização do **GERENCIADOR**, admitida a prorrogação excepcional e justificada, desde que observado o prazo de vigência desta Ata.

10.6. Os **PARTICIPANTES** poderão utilizar o quantitativo passível de adesão previsto nos itens 10.2 e 10.3, após exaurido o quantitativo total registrado, desde que haja concordância da **DETENTORA DA ATA**.

11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1. O registro de preços da **DETENTORA DA ATA** será cancelado quando esta:

11.1.1. Descumprir as condições nela previstas;

11.1.2. Não mantiver as condições de habilitação exigidas na licitação;

11.1.3. Recusar-se injustificadamente a assinar os contratos decorrentes desta Ata;

11.1.4. Recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de este tornar-se superior àqueles praticados no mercado;

11.1.5. Tiver sua falência decretada ou for dissolvida;

11.1.6. Sofrer penalidade administrativa que impeça sua contratação no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, salvo se a sanção não ultrapassar o prazo de vigência desta Ata e não for o **GERENCIADOR** o responsável por sua aplicação, hipótese em que o registro de preços poderá ser mantido pelo prazo remanescente, após cumprida a penalidade, mediante decisão fundamentada do **GERENCIADOR**.

11.2. A Ata de Registro de Preços será cancelada também por razões de interesse público ou em decorrência de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento das obrigações definidas nesta Ata de Registro de Preços, devidamente comprovados e justificados.

11.3. Será assegurado o contraditório e a ampla defesa antes do cancelamento do registro de preços, ressalvada a hipótese de que trata o item 11.1.6.

12. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa a **DETENTORA DA ATA** que:

12.1.1. não retirar a ordem de fornecimento ou não assinar o contrato decorrentes desta Ata dentro do prazo estipulado;

12.1.2. recusar-se a reduzir os preços registrados diante da superveniente criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais com comprovada repercussão sobre a Ata;

12.1.3. recusar-se a manter os preços registrados após indeferimento do seu pedido de revisão.

12.2. A penalidade de multa será aplicada de acordo com as seguintes regras:

12.2.1. Multa de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata, observado o valor mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no item 12.1.1 desta Ata;

12.2.2. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Ata, observado o valor mínimo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser aplicada em caso do cometimento das infrações previstas nos itens 12.1.2 e 12.1.3. desta Ata.

12.3. Além da multa aplicada, é aplicável a penalidade de Impedimento de licitar e contratar com o Estado de Pernambuco, nos seguintes casos e condições:

12.3.1. na infração prevista no item 12.1.1: de 6 a 12 meses;

12.3.2. nas infrações previstas nos itens 12.1.2. e 12.1.3: até 6 meses.

12.4. Na fixação da dosimetria das sanções previstas nesta Ata, serão observados os mesmos critérios e diretrizes fixados no edital da licitação.

12.5. A aplicação das sanções deverá ser precedida de processo administrativo, garantidos os princípios da ampla defesa e contraditório, a ser instaurado no âmbito do órgão **PARTICIPANTE**, no caso de cometimento da infração prevista no item 12.1.1, e do **GERENCIADOR**, quando se tratar das infrações previstas nos itens 12.1.2 e 12.1.3.

14. DA PUBLICAÇÃO

14.1. Esta Ata de Registro de Preço será publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no Sistema PE-Integrado como condição de sua eficácia, devendo a sua divulgação ser mantida durante toda a vigência.

15. DO FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Recife para os litígios decorrentes deste instrumento que não puderem ser compostos pela Câmara de Negociação, Conciliação e Mediação da Administração Pública Estadual instituída pela Lei Complementar do Estado nº 417, de 2019.

Recife, XX de XXXXXXXXX de XXXX.

ÓRGÃO GERENCIADOR

DETENTORA DA ATA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4993.2025.AC 30.PE.90776.SAD.PMPE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90776.2025

SEI Nº 3900035851.000048/2024-57

ANEXO IV
MINUTA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS COMUNS

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE PERNAMBUCO, ATRAVÉS DA POLÍCIA MILITAR DE PERNAMBUCO - PMPE, EM DECORRÊNCIA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90776, PROCESSO Nº 4993.2025.AC 30.PE.90776.SAD.PMPE.

O **ESTADO DE PERNAMBUCO**, através do **POLÍCIA MILITAR DE PERNAMBUCO - PMPE**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na _____, nesta cidade, doravante designada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo(a) _____ (nome e cargo), portador da matrícula funcional nº _____, no uso da competência conferida pelo _____, e a empresa _____, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº _____, sediada em _____, representada neste ato por _____ (nome e função que exerce na contratada), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, doravante designada **CONTRATADA**, têm entre si justo e acordado, e celebram o presente **CONTRATO**, mediante as seguintes cláusulas e condições, que mutuamente outorgam e estabelecem, sujeitando-se às disposições previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos Decretos Estaduais nº 53.384/2022, nº 54.142/2022 e nº 54.700/2023, e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente

CONTRATO o fornecimento de **CAMINHÕES DE TRANSPORTE DE SOLÍPEDES**, conforme especificações técnicas constantes do Termo de Referência (Anexo I do Edital), da proposta da **CONTRATADA** e dos demais documentos constantes do processo licitatório.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO

São partes integrantes deste **CONTRATO** e vinculam a contratação, para todos os fins de direito, independentemente de transcrição, o processo relativo ao **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90776, PROCESSO Nº 4993.2025.AC 30.PE.90776.SAD.PMPE** e todos os seus anexos, em especial a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX**, assim como a proposta apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O prazo de vigência do **CONTRATO** é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período estipulado, ressalvada, no caso de culpa da **CONTRATADA**, a opção pela extinção do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A prorrogação decorrente de atraso por culpa da **CONTRATADA** se dará sem prejuízo das providências previstas no art. 111, parágrafo único, da Lei 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO QUARTO: A prorrogação automática de que trata esta cláusula não dispensa o apostilamento do novo cronograma de entregas do **CONTRATO**, com as devidas informações orçamentárias, se necessário, onde também devem constar as razões do atraso no fornecimento.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor total da contratação é de R\$ XXXXX (indicar valor por extenso), conforme detalhamento abaixo descrito):

| ITEM XXXX | | | | | | |
|---------------------|------------------|--------------------|-------------------------|------------|----------------|-------------|
| ITEM | CÓDIGO DO EFISCO | DESCRIÇÃO DO ITEM | UNIDADE DE FORNECIMENTO | QUANTIDADE | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
| XX | XX | XXXXXXXXXXXXXXXXXX | XXXXXXXXXXXXXXXXXX | XXX | XXXXXXXXXXXX | XXXXXXXXXX |
| XX | XX | XXXXXXXXXXXXXXXXXX | XXXXXXXXXXXXXXXXXX | XXX | XXXXXXXXXXXX | XXXXXXXXXX |
| XX | XX | XXXXXXXXXXXXXXXXXX | XXXXXXXXXXXXXXXXXX | XXX | XXXXXXXXXXXX | XXXXXXXXXX |
| VALOR TOTAL DO ITEM | | | | | | XXXXXXX |

PARÁGRAFO SEGUNDO: O valor do **CONTRATO** compreende os custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas necessárias ao cumprimento integral da contratação.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As despesas decorrentes deste **CONTRATO** encontram-se programadas em dotação orçamentária própria do orçamento do Estado de Pernambuco para o presente exercício de 2026, na classificação abaixo:

Unidade Gestora:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa: **4.4.90.52.00**

Nota de Empenho:

PARÁGRAFO SEGUNDO: No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correrão à conta dos recursos próprios para atender as despesas de mesma natureza, cujo empenho será objeto de termo de apostilamento no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE E DA REVISÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, contado da data de elaboração do orçamento estimado, ocorrida em **09/09/2025**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O preço do **CONTRATO** será reajustado em periodicidade anual contada a partir da data de elaboração do orçamento estimado, utilizando-se, para tanto, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, fornecido pelo IBGE, que incidirá exclusivamente em relação às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos da Lei Estadual nº 17.555/2021 e do Decreto nº 52.153, de 17 de janeiro de 2022.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A **CONTRATADA** deverá pleitear formalmente o reajuste de preços durante a vigência do **CONTRATO**, sob pena de, não o fazendo tempestivamente, ocorrer a preclusão do seu direito ao reajustamento.

PARÁGRAFO QUARTO: O pedido de reajustamento deverá ser analisado e respondido pela Administração no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido analisado o pedido de reajuste tempestivamente formulado, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro ao reajustamento, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO SEXTO: O reajustamento será formalizado mediante apostilamento, exceto se a sua concessão coincidir com a prorrogação contratual, quando poderá ser formalizado por termo aditivo.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O direito ao reajustamento poderá ser objeto de renúncia expressa, parcial ou integral, bem como de negociação entre as partes, com vistas a garantir a vantajosidade da manutenção do ajuste para o interesse público, nos termos do art. 6º da Lei Estadual nº 17.555, de 2021.

PARÁGRAFO OITAVO: Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste concedido ou objeto de renúncia.

PARÁGRAFO NONO: Será assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do **CONTRATO** nas hipóteses de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do **CONTRATO** tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no **CONTRATO**.

PARÁGRAFO DÉCIMO: O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do **CONTRATO** e antes de eventual prorrogação, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Os pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO** deverão ser analisados e respondidos pela Administração no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: A extinção do **CONTRATO** não configura óbice para o reconhecimento do direito ao reajuste ou ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**, desde que requerido tempestivamente, hipóteses em que serão concedidos a título de indenização por meio de Termo de Quitação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS, LOCAIS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os bens deverão ser entregues nos locais e horários estabelecidos no item **3.3.2** do Termo de Referência, observando-se as condições de entrega indicadas no item **3.3.4**, também do Termo de Referência.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A entrega dos bens será realizada de forma futura e integral, em remessa única, no prazo de até **180 (cento e oitenta)** dias, contados da notificação da Ordem de Fornecimento.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A **CONTRATANTE** poderá autorizar a alteração dos prazos de entrega mediante prévia e justificada solicitação da **CONTRATADA**, com antecedência mínima de **20 (vinte) dias úteis**, devendo o cronograma atualizado ser devidamente apostilado.

PARÁGRAFO QUARTO: Até o final do prazo de entrega, deverá ser solicitado o quantitativo integralmente contratado, ressalvada a possibilidade de aditivo de supressão, na forma prevista neste **CONTRATO**.

PARÁGRAFO QUINTO: Em caso de culpa da **CONTRATADA**, será ela constituída em mora e aplicadas as penalidades cabíveis, sem prejuízo da continuidade do **CONTRATO**, nos termos do art. 111, parágrafo único, II, da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO SEXTO: Em situações de caso fortuito ou força maior, impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do **CONTRATO**, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO. É dever da **CONTRATANTE** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, em especial:

- I. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- II. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado, através de servidor designado para este fim;
- III. Informar à **CONTRATADA** as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para entrega dos bens;
- IV. Verificar a conformidade dos bens entregues com as especificações e quantidades exigidas, inclusive quanto à marca indicada na proposta;
- V. Promover o recebimento provisório e definitivo do objeto, cumpridas as condições estabelecidas na **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** deste **CONTRATO**;
- VI. Comunicar por escrito à **CONTRATADA** qualquer vício, defeito ou irregularidade no objeto fornecido, solicitando a substituição, o reparo ou complementação do bem entregue, às suas expensas, no prazo fixado para o cumprimento da determinação;
- VII. Recusar o recebimento do bem que não atenda aos requisitos elencados nas especificações indicadas se, após o prazo fixado para substituição, reparo ou complementação, não for sanada a irregularidade verificada, comunicando à **CONTRATADA** o fato por escrito;
- VIII. Analisar e atestar as Faturas e Notas Fiscais emitidas e efetuar os respectivos pagamentos nas condições e nos prazos estabelecidos;
- IX. Liberar o pagamento da parcela incontroversa da execução do objeto contratado, quando houver controvérsia sobre a dimensão, qualidade e quantidade do objeto executado;
- X. Comunicar à **CONTRATADA** as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas;
- XI. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA** relacionados à execução contratual;
- XII. Aplicar as penalidades previstas na lei e neste **CONTRATO**;
- XIII. Notificar, nos termos do §4º do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021, os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.;
- XIV. Proferir, no prazo de 30(trinta) dias a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada por igual período, decisão explícita sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente CONTRATO, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

XV. Responder a pedidos de reajustamento no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da instrução completa dos respectivos requerimentos;

XVI. Cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital, de seus anexos e da proposta apresentada na licitação e, ainda:

- I.** Fornecer o bem contratado, nas quantidades e especificações exigidas, salvo se obtiver por escrito prévia anuência da **CONTRATANTE** para alteração nas condições do fornecimento;
- II.** Fornecer o bem acondicionado de forma adequada, de modo a garantir seu perfeito estado de conservação e funcionamento;
- III.** Cumprir o prazo de entrega estabelecido no contrato;
- IV.** Substituir, corrigir, reparar ou complementar, às suas expensas, no todo ou em parte, conforme o caso, no prazo de até **30 (trinta)** dias úteis contado da respectiva notificação, ou no prazo assinalado pelo fiscal do **CONTRATO**, os bens que apresentarem vícios, defeitos ou qualquer irregularidade;
- V.** Programar, com a necessária antecedência, data e hora para entrega do objeto contratado, inclusive quando esta ocorrer através de empresa transportadora, comunicando à **CONTRATANTE**, até 02 (dois) dias antes, qualquer impedimento à entrega, devidamente comprovado;
- VI.** Entregar o manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, conforme o caso;
- VII.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela

CONTRATANTE, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no Edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

VIII. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do **CONTRATO**, ressalvadas as hipóteses de subcontratação autorizada no Termo de Referência e neste **CONTRATO**;

IX. Comunicar à **CONTRATANTE**, em tempo hábil e por escrito, a superveniência de fatos que venham a prejudicar o adequado fornecimento dos bens, de modo a se viabilizar a correção da situação apresentada;

X. Designar preposto para representá-la perante a **CONTRATANTE** sempre que for necessário, indicando o respectivo telefone e e-mail para futuros contatos;

XI. Prestar os necessários esclarecimentos sobre a execução do objeto contratual solicitados pela **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação;

XII. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à **CONTRATANTE** e não poderá onerar o objeto do **CONTRATO**, sendo que eventual pessoal alocado ao **CONTRATO** não terá qualquer vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**;

XIII. Emitir documento fiscal com a discriminação expressa do percentual de isenção do ICMS, quando se tratar de operação abrangida pelo art. 63 do Anexo 7 do Decreto Estadual nº 44.650/17 (Convênio ICMS 73/04);

XIV. Manter, durante o prazo de vigência do **CONTRATO**, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive sua inscrição no CADFOR-PE;

XV. Comprovar, quando for o caso, no início da execução contratual e sempre que solicitado pelo fiscal, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, durante toda a vigência do **CONTRATO**, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

XVI. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do **CONTRATO** e cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

XVII. Comunicar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, qualquer alteração no Contrato Social ou no endereço comercial;

XVIII. Apresentar, suplementar ou estender a garantia de execução contratual, se exigível, no prazo assinalado no **CONTRATO**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do presente **CONTRATO** deverá ser fiscalizada pela **CONTRATANTE**, não excluindo nem reduzindo, por tal fato, a integral responsabilidade da **CONTRATADA**, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na execução do objeto contratado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATANTE** designa o **Chefe da 4ª Seção do RPMon - PMPE**, como servidor responsável pela fiscalização do **CONTRATO**, que, dentre outras, terá as seguintes atribuições:

- a) Fiscalizar a regularidade e adequação do fornecimento;
- b) Disponibilizar toda a infraestrutura necessária à entrega do objeto, conforme o caso, nas condições e prazos estabelecidos;
- c) Verificar a conformidade dos bens fornecidos com as especificações contidas no Edital e seus anexos, recusando o fornecimento de objeto diverso, salvo quando de qualidade superior e devidamente aceito pela **CONTRATANTE**;
- d) Receber o objeto contratual e atestar as respectivas faturas e notas fiscais, encaminhando-as ao gestor do **CONTRATO** para pagamento;
- e) Registrar no histórico de execução do **CONTRATO** todas as ocorrências que possam interferir no adequado andamento da contratação, notificando a **CONTRATADA** para determinar as medidas e os prazos necessários à regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- f) Comunicar por escrito ao gestor do **CONTRATO** a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou a modificação da forma de sua execução, em razão de fato superveniente, bem como eventuais irregularidades cometidas pela **CONTRATADA** que exijam decisão ou providências que ultrapassem a sua competência;
- g) Comunicar imediatamente ao gestor do **CONTRATO** as ocorrências que possam inviabilizar a execução do **CONTRATO** nas datas pactuadas, com vistas à atualização do cronograma;
- h) Verificar a manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA**, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- i) Comunicar por escrito ao gestor do **CONTRATO** as faltas cometidas pela **CONTRATADA** que sejam passíveis de aplicação de penalidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A **CONTRATANTE** designa o **Comandante do RPMon – PMPE**, como servidor responsável pela gestão do **CONTRATO**, que, dentre outras, terá as seguintes atribuições:

- a) coordenar e atualizar o processo de acompanhamento e fiscalização do **CONTRATO**, elaborando relatórios, quando for o caso, e promovendo os registros formais no histórico de gerenciamento do **CONTRATO** de todas as ocorrências relacionadas a alterações e prorrogações contratuais;
- b) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais, bem como os registros realizados pelo fiscal do **CONTRATO** acerca de todas as ocorrências relacionadas à execução do **CONTRATO** e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
- c) Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação de penalidade cabível, garantindo a defesa prévia à **CONTRATADA**;
- d) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelos fiscais do **CONTRATO**;
- e) Providenciar o pagamento das notas fiscais/faturas emitidas pela **CONTRATADA**, mediante a observância das exigências contratuais e legais;
- f) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor do **CONTRATO** não seja ultrapassado.

PARÁGRAFO QUARTO: A ciência da designação deverá ser assinada pelos servidores indicados para atuar como fiscal e gestor do **CONTRATO**, conforme termo de ciência anexo.

PARÁGRAFO QUINTO: A substituição do fiscal e do gestor designados, por razões de conveniência ou interesse público, será realizada mediante simples apostilamento ao presente **CONTRATO**, devendo o substituto assinar novo termo de ciência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O objeto do **CONTRATO** deverá ser recebido pelo fiscal do **CONTRATO**, à vista da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, nos seguintes termos:

I - Provisoriamente, de forma sumária, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade dos bens recebidos com as especificações exigidas;

II - Definitivamente, após a verificação da compatibilidade dos bens com as especificações técnicas e exigências de qualidade e quantidade fixadas no Edital e seus anexos, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado, no prazo de **20 (vinte)** dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou do instrumento de cobrança equivalente.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O prazo para a solução, pela **CONTRATADA**, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

PARÁGRAFO QUARTO: No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se a **CONTRATADA** para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

PARÁGRAFO QUINTO: O recibo e o termo circunstanciado deverão conter a identificação funcional do servidor responsável e respectiva assinatura.

PARÁGRAFO SEXTO: Fica assegurado à **CONTRATANTE** o direito de devolver ou recusar, no todo ou em parte, os bens entregues em desacordo com as especificações exigidas, ficando a **CONTRATADA** obrigada a substituir, complementar, e/ou reparar os itens irregulares, no prazo de até **30 (trinta)** dias úteis, a contar da sua notificação formal, sem ônus para a **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Será considerada recusa formal se a **CONTRATADA** não substituir ou reparar o bem após o prazo fixado no **PARÁGRAFO TERCEIRO** da presente Cláusula Contratual, configurando inexecução do **CONTRATO**, passível de aplicação da penalidade prevista no Edital.

PARÁGRAFO OITAVO: A não complementação do quantitativo dos bens entregues após o prazo fixado no **PARÁGRAFO TERCEIRO** da presente Cláusula Contratual configura inexecução parcial do **CONTRATO**, passível de aplicação da penalidade prevista no Edital.

PARÁGRAFO NONO: O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do **CONTRATO**, nem a responsabilidade pelos prejuízos resultantes da incorreta execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O pagamento será feito diretamente pela **CONTRATANTE**, no prazo de até 30 (trinta) dias, por meio de ordem bancária para crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, à vista de termo de recebimento definitivo dos bens acompanhado dos documentos de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista e da apresentação da fatura e da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, devidamente atestados pelo fiscal do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** deverá emitir as notas fiscais em observância às regras de retenção de imposto de renda estabelecidas na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e alterações posteriores, de acordo com as alíquotas constantes do Anexo I da referida norma, ou em observância à norma que venha a substituí-la, sob pena de devolução do documento para as correções cabíveis ou de retenção no valor total do documento fiscal, caso não realizadas as correções, nos termos do art. 4º do Decreto nº 55.069, de 25 de julho de 2023.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando não for possível verificar diretamente no CADFOR-PE, a regularidade fiscal e trabalhista da **CONTRATADA** será comprovada mediante a apresentação das seguintes certidões:

- a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da **CONTRATADA**;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

PARÁGRAFO QUARTO: Caso não seja(m) apresentado(s) quaisquer dos documentos de regularidade ou os documentos encaminhados contenham pendências, a **CONTRATADA** terá 10 (dez) dias para sanar a ausência identificada, prazo em que o pagamento correspondente ao mês em referência ficará suspenso.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso não seja sanada a pendência no prazo estipulado, estará configurada a não manutenção das condições de habilitação pela **CONTRATADA**, devendo a **CONTRATANTE** instaurar processo administrativo para extinção do **CONTRATO** e comunicar aos órgãos de fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da **CONTRATADA**, sem prejuízo da retomada dos pagamentos pelos fornecimentos efetivamente executados.

PARÁGRAFO SEXTO: Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras.

PARÁGRAFO SÉTIMO: No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

PARÁGRAFO OITAVO: Quando do pagamento, deverá ser efetuada a retenção do imposto sobre a renda, nos termos previstos na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e alterações posteriores, ou em norma que venha a substituí-la, além de outras retenções previstas na legislação tributária aplicável.

PARÁGRAFO NONO: A **CONTRATADA** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva da **CONTRATANTE**, a taxa de atualização financeira sobre os valores devidos à **CONTRATADA** será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

| SIGLA | SIGNIFICADO/ DESCRIÇÃO |
|-------|---|
| EM | Encargos Moratórios |
| N | Número de dias entre a data prevista para o pagamento e do efetivo pagamento. |
| VP | Valor da parcela a se paga. |
| TX | IPCA |
| I | Índice de atualização financeira, assim apurado: $I = \frac{\left(\frac{TX}{100}\right)}{365}$ |

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A atualização financeira será incluída na Nota Fiscal/Fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** deverá prestar garantia de execução contratual, no percentual de **5% (cinco por cento)** do valor total ou anual do **CONTRATO**, nos termos dos artigos 96 a 98 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso a **CONTRATADA** opte pela modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ser apresentada antes da assinatura do **CONTRATO**, ficando assegurado o prazo mínimo de 1 (um) mês entre a homologação da licitação e a assinatura deste instrumento.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Caso a **CONTRATADA** opte por uma das demais modalidades de garantia previstas no art. 96, § 1º, da Lei nº 14.1333, a garantia será prestada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do presente **CONTRATO**, prorrogáveis por igual período, mediante justificativa aceita pela **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO QUARTO: A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação das sanções administrativas previstas neste instrumento e poderá ensejar a extinção do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO QUINTO: A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do **CONTRATO** e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e
- b) multas moratórias e compensatórias aplicadas pela Administração à **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEXTO: A garantia deverá ter validade durante toda a execução do **CONTRATO** e após 90 (noventa) dias do término do prazo de vigência contratual.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Nos casos de prorrogação do prazo de vigência do **CONTRATO** ou de alteração do seu valor, por acréscimos, reajuste ou revisão de preços, a garantia deverá ser renovada ou complementada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

PARÁGRAFO OITAVO: Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação ou de multas e indenizações, a **CONTRATADA** obriga-se a fazer a respectiva reposição/complementação no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada pela **CONTRATANTE**, sendo possível a prorrogação por igual período mediante justificativa aceita pela **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO NONO: Na hipótese de suspensão do **CONTRATO** por ordem ou inadimplemento da Administração, a **CONTRATADA** ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia:

- a) A apólice permanecerá em vigor mesmo que a **CONTRATADA** não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- b) A apólice deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do **CONTRATO** principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- c) Será permitida a substituição da apólice na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no **PARÁGRAFO NONO**.
- d) ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do **CONTRATANTE**, em conta específica XXXXX, com correção monetária.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Na modalidade de fiança bancária, a garantia deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A **CONTRATADA** autoriza a **CONTRATANTE** a reter e executar, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste **CONTRATO**.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do **CONTRATO**, mediante termo circunstanciado de que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do **CONTRATO**, ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: O emitente da garantia ofertada pela **CONTRATADA** deverá ser notificado pela **CONTRATANTE** quanto à instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades, mas o garantidor não é parte legítima para figurar no respectivo processo.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo da **CONTRATANTE**, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na hipótese de haver acordo entre as partes, as supressões poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

PARÁGRAFO TERCEIRO: As alterações contratuais serão obrigatoriamente formalizadas mediante celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, conforme art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUARTO: Registros que não caracterizam alteração do **CONTRATO** podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor total do **CONTRATO**, nas seguintes condições:

PARÁGRAFO SEGUNDO: Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto: **serviços de adaptações, grafismo e instalação de sistema de sinalização e acústica**.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da **CONTRATADA** pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades

da subcontratada, bem como responder perante a **CONTRATANTE** pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

PARÁGRAFO QUARTO: A subcontratação dos serviços de **serviços de adaptações, grafismo e instalação de sistema de sinalização e acústica** já foi autorizada pela **CONTRATANTE**, à vista dos atestados de capacidade técnica apresentados e avaliados durante a licitação.

PARÁGRAFO QUINTO: É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se esta ou os seus dirigentes mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade **CONTRATANTE** ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do **CONTRATO**, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O **CONTRATO** somente se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes ou depois do prazo inicialmente estipulado para tanto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará automaticamente prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração apostilar a readequação do cronograma físico-financeiro do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando a não conclusão do **CONTRATO** no prazo inicialmente estipulado decorrer de culpa da **CONTRATADA**:

- a) ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do **CONTRATO** e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

PARÁGRAFO QUARTO: Constituem motivos para extinção do **CONTRATO**, independentemente do prazo ou das obrigações nele estipuladas, as situações descritas no art. 137 da Lei 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO QUINTO: A extinção consensual e a extinção determinada por ato unilateral da **CONTRATANTE** serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO SEXTO: Aplica-se à extinção do **CONTRATO** a disciplina dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O termo de extinção, sempre que possível, será instruído com os seguintes documentos:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a **CONTRATADA** que:

- a) der causa à inexecução parcial do **CONTRATO**, deixando de cumprir as obrigações assumidas no presente instrumento;
- b) der causa à inexecução parcial do **CONTRATO** que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do **CONTRATO**;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do **CONTRATO**;
- f) praticar ato fraudulento na execução do **CONTRATO**;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

PARÁGRAFO SEGUNDO: Será aplicável a sanção de advertência quando a **CONTRATADA** descumprir deveres instrumentais ou der causa à inexecução parcial do contrato que não acarrete dano à Administração e que não justifique a imposição de penalidade mais grave, em especial pelo descumprimento das obrigações previstas nos itens VI, IX, X, XI, XIV, XVII e XVIII da CLÁUSULA NONA deste CONTRATO (“Das Obrigações da Contratada”).

PARÁGRAFO TERCEIRO: Será aplicada multa moratória em razão do atraso no cumprimento das obrigações previstas neste **CONTRATO**, em especial as elencadas nos incisos III e IV do **CLÁUSULA NONA**, no percentual de até 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, a ser calculada sobre o valor da parcela inadimplida, a partir do dia subsequente ao prazo estipulado para adimplemento da obrigação, independentemente de notificação do contratado para constituição em mora.

PARÁGRAFO QUARTO: Após o 30º (trigésimo) dia de atraso injustificado, configura-se o descumprimento total da obrigação e a multa moratória se converterá em multa compensatória, a ser calculada no percentual de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, podendo dar ensejo à extinção do contrato e aplicação da penalidade de impedimento, se configurado grave dano à Administração.

PARÁGRAFO QUINTO: A penalidade de multa compensatória será aplicada nos casos de descumprimento das obrigações contratuais pela **CONTRATADA**, sempre que deles decorrer inexecução parcial do **CONTRATO** que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, bem como retardamento injustificado à execução ou entrega do objeto contratado, nos termos das alíneas “b” e “d”, respectivamente, do **PARÁGRAFO PRIMEIRO**, de acordo com as seguintes regras:

I. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor total do **CONTRATO**, observado o valor mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem sofreu a penalidade de advertência e reincidiu pelo(s) mesmo(s) motivo(s);

II. 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), sobre o valor da garantia, no caso de descumprimento da obrigação prevista no inciso XIX da CLÁUSULA NONA.

III. 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor da entrega/remessa inadimplida, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso I e II da CLÁUSULA NONA quando a situação não se enquadrar em obrigação contratual específica;

IV. 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento), calculada sobre o valor da parcela/remessa, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso V da CLÁUSULA NONA;

V. 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela, quando a **CONTRATADA** deixar de cumprir a obrigação prevista no inciso VII da **CLÁUSULA NONA**;

VI. 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela transferida, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso VIII da CLÁUSULA NONA;

VII. 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento), calculada sobre o valor do **CONTRATO**, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso XV da CLÁUSULA NONA e não sanar a pendência no prazo estipulado;

VIII. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor mensal/parcela do **CONTRATO**, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir as obrigações previstas nos incisos XVI e XVII da CLÁUSULA NONA;

IX. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor da primeira entrega/remessa, a ser aplicada quando a CONTRATADA descumprir a obrigação prevista no inciso XII da CLÁUSULA NONA;

PARÁGRAFO SEXTO: As sanções de multa previstas no **PARÁGRAFO QUINTO** poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, pelo prazo de 06 (seis) a 18 (dezoito) meses.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Na hipótese de inexecução total do **CONTRATO**, prevista na alínea “c” do **PARÁGRAFO PRIMEIRO**, será aplicável a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco pelo prazo 18 (dezoito) a 36 (trinta e seis) meses, além de multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO OITAVO: Quando do cometimento das infrações previstas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do **PARÁGRAFO PRIMEIRO**, ou quando praticadas as infrações descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, será aplicável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, pelo período de 03 (três) a 06 (seis) anos, além da multa compensatória de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO NONO: A aplicação das sanções previstas neste **CONTRATO** não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO DÉCIMO: O valor da multa aplicada e das indenizações cabíveis será objeto de compensação com os pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, decorrentes do mesmo **CONTRATO** ou de outros contratos administrativos que a **CONTRATADA** possua com a **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Se o valor da multa for superior ao dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, a diferença será descontada da garantia contratual prestada, se houver, ou será cobrada administrativamente na forma prevista na Lei Estadual nº 13.178, de 2006.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Não havendo o pagamento integral da multa em sede administrativa, a processo será encaminhado à Procuradoria Geral do Estado para inscrição em Dívida Ativa e cobrança.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste Edital, bem como dos prazos previstos para as demais sanções deverão ser observadas:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que o cometimento da infração ocasionar ao **CONTRATANTE**, ao funcionamento dos serviços públicos, aos seus usuários ou ao interesse coletivo;
- e) a vantagem auferida em virtude da infração;
- f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle interno.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Em caso de prática da mesma infração ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (dozes) meses, contados da data de publicação da decisão definitiva da condenação anterior, as faixas de multa e os prazos previstos neste contrato poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento), observados os limites máximos previstos em lei.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na Lei Estadual nº 16.309, de 2018.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste **CONTRATO** ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: A **CONTRATANTE** deverá comunicar as sanções aplicadas à Secretaria de Administração, para fins de inclusão da **CONTRATADA** nos sistemas E-fisco e PE-Integrado, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, observado o prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da decisão definitiva de aplicação da sanção.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** se compromete a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a Lei Federal nº 9.613/98 e a Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** (i) declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estar ciente dos dispositivos contidos na Lei Federal nº 12.846/2013 e Lei Estadual nº 16.309/2018; (ii) se obriga a tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei Federal nº 12.846/2013 e Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A **CONTRATADA**, no desempenho das atividades objeto deste **CONTRATO**, compromete-se perante a **CONTRATANTE** a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei nº 12.846/2013, em especial no seu artigo 5º.

PARÁGRAFO QUARTO: Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e de suas regulamentações, por parte da **CONTRATADA**, em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar:

I - Instauração do Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, nos termos da Lei Estadual nº 16.309/2018 e do Decreto Estadual nº 46.967/2018, com aplicação das sanções administrativas porventura cabíveis;

II – Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.846/2013 e do artigo 39 da Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO QUINTO: Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos código de ética e conduta, a **CONTRATADA** se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições: (I) não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente e (II) adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

PARÁGRAFO SEXTO: A **CONTRATADA** se obriga a notificar a **CONTRATANTE**, imediatamente, por escrito, a respeito de qualquer suspeita ou violação das legislações anticorrupção vigentes, bem como nos casos em que obtiver ciência de qualquer prática de suborno ou corrupção.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a extinção deste **CONTRATO**, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e nas normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

Nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, o presente instrumento contratual será publicado no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP) em até 20 (vinte) dias úteis contados da data de sua assinatura, bem como no Sistema PE Integrado como condição de sua eficácia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E DO FORO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As controvérsias administrativas e litígios decorrentes deste **CONTRATO** deverão ser preferencialmente submetidos à composição da Câmara de Negociação, Conciliação e Mediação da Administração Pública Estadual, conforme art. 11 da Lei Complementar nº 417, de 09.12.2019.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica eleito o Foro da Comarca do Recife para dirimir os litígios decorrentes deste **CONTRATO** que não puderem ser compostos pela conciliação, obedecidos os termos do art. 92, §1º, da Lei 14.133, de 2021.

E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e contratado, foi lavrado o presente instrumento contratual, o qual depois de lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes.

Recife, XX de XXXXXXXXXX de XXXX.

SECRETARIA XXXX

CNPJ XXX

CONTRATANTE

REPRESENTANTE DA EMPRESA

CNPJ XXX

CONTRATADA

ANEXO I
TERMO DE CIÊNCIA DO GESTOR E DO FISCAL DO CONTRATO

INTRODUÇÃO

Referência: Art. 17, III, do Decreto Estadual nº 51.651/2021.

1. IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº: XXXX/AAAA

OBJETO: <objeto do contrato>

CONTRATADA: <nome da contratada>

CNPJ: XXXXXXXXXXXXX

GESTOR DO CONTRATO OU FISCAL DO CONTRATO: <Nome do gestor do Contrato OU fiscal do Contrato>

MATRÍCULA: XXXXXXXXXXXXX

2. CIÊNCIA

EU, _____, matrícula _____, ocupante do cargo _____,
pelo presente termo, DECLARO QUE:

Estou ciente da minha designação para atuar como gestor/fiscal (indicar conforme o caso) do **CONTRATO** nº XXX;

Comprometo-me a cumprir as atribuições declinadas na Cláusula XXX do **CONTRATO** nº XXX;

Estou ciente de que minha substituição poderá ser realizada pela autoridade competente, por razões de conveniência ou interesse público, mediante apostilamento ao **CONTRATO**.

Recife, XX de XXXXXXXXXXXX de XXXX.

ASSINATURA DO FISCAL/GESTOR

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4993.2025.AC 30.PE.90776.SAD.PMPE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90776.2025

SEI Nº 3900035851.000048/2024-57

ANEXO V
MODELO DE FOLHA DE ROSTO

FOLHA DE ROSTO

O Estado de Pernambuco, por intermédio da **XXXXXXXXXXXX**, torna público, para conhecimento dos interessados, a abertura da licitação, a ser realizada por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – *Internet*, no local e horário a seguir:

INFORMAÇÕES GERAIS

ABERTURA DAS PROPOSTAS ATÉ: XX minutos antes do horário previsto para o início da sessão de disputa de preços

SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO: **COMPRAS.GOV.BR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO: **www.gov.br/compras**

DADOS PARA CONTATO

PREGOEIRO:

FONE:

E-MAIL:

E-MAIL ALTERNATIVO:

ENDEREÇO:

Os períodos para recebimento de propostas e para início da sessão de disputa de preços estarão indicados no aviso de abertura do certame.

OBSERVAÇÃO 1: Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente adotado o horário de Brasília – DF.

OBSERVAÇÃO 2: Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo site e hora, salvo as disposições em contrário.



Documento assinado eletronicamente por **SOLANGE MARIA DE ALBUQUERQUE RAMOS NAZARE**, Pregoeira e matrícula **4593057**, em 28/04/2026, às 15:34.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.peintegrado.pe.gov.br/Validacao.aspx>, informando o código de validação **9a6d1ac7-4235-4d53-ac6d-7c418edcd4b7**
